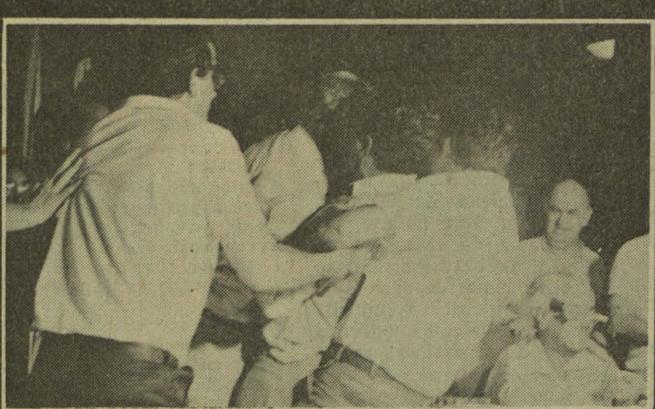


Inflação põe em xeque a política econômica



O provocador foi contido pelos convencionais

Deputado pistoleiro agride Aldo Arantes

Durante a convenção do PMDB goiano, dia 26, o deputado federal José Freire sacou de um revólver 38 e ameaçou atirar no deputado Aldo Arantes. Também outras convenções do PMDB na p. 4

Um vertiginoso salto inflacionário, de 16,2% em janeiro e 238,3% em 12 meses, põe em questão a política econômica do governo. Explicações e tratamentos superficiais não refrescam, está provado.

A inflação brasileira tem causas estruturais que é preciso atacar - com destaque para a sangria de dinheiro para os credores imperialistas da dívida.

Página 3

Queda no preço do petróleo não vai amenizar crise

Uma nova "crise do petróleo". Desta vez, provocada pelas persistentes quedas nos preços do produto, que pode chegar a 15 dólares o barril (já esteve a 40 dólares). No Brasil, a gasolina sobe. Pág. 2

Camponeses devem dar impulso à CGT

Ponto de vista sindical: por que os trabalhadores rurais devem atuar na Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), que deverá ser fundada em março próximo. Página 7



Habitante do Xingu: eles consideram o branco "bobo"

CUT tenta esconder sua adesão ao pacto

Após alardear que é contra o "pacto social" a central petista negocia com o governo por debaixo do pano e sem consultar suas bases sindicais. No fundo, o tal "acordo nacional" da CUT é a mesma proposta de Tancredo. Pág. 7

Povo se levanta contra a carestia

Dezoito mil pessoas participaram em todas as capitais do "Debate sobre Abastecimento Popular". Uma das propostas: congelamento dos preços. Última página



São Paulo: 2 mil pessoas contra a carestia

Foto: César Diniz

O espaço do índio no Brasil de hoje e no de amanhã

O livro "Xingu", de Washington Novaes, retrata a vida dos habitantes do único Parque Indígena digno deste nome em todo o país, descreve a riqueza cultural e humana das nacionalidades indígenas que convivem ali e discute o drama secular do genocídio que reduziu os índios de 5 milhões em 1500 para 150 mil hoje. Pág. 5

Censura a filme atíca debate sobre a liberdade de expressão

A cúpula da Igreja não viu, mas também não gostou de filme de César, e por isso pressionou o governo a proibir sua exibição. P. 9



Na rota do fracasso

A inflação acima da casa dos 16% indica o fracasso da política econômica adotada pelo ministro Dilson Funaro. O governo vai chegando a um ano de mandato sem atacar as questões centrais relacionadas com a dívida externa, tentando controlar a inflação no varejo, com medidas de orientação clássica, absolutamente incapazes de atender às exigências do país. Na prática vamos caindo na política de mercado livre, que faz os preços subirem vertiginosamente, apesar dos desmoralizados "acordos de cavalheiros" e dos tabelamentos que são revistos a cada momento.

Tal situação espalha por todo lado o descontentamento popular. Recebendo a recomposição salarial de seis em seis meses, e mesmo assim com índices que não conseguem nem de longe acompanhar a alta geral de preços, sem obter a redução da jornada pra 40 horas semanais, os trabalhadores só têm como alternativa a greve e outras formas de luta para garantir os seus interesses.

Toda esta situação tem como consequência imediata o desgaste governamental. Surgida numa situação excepcional, sem apoio político próprio, vendo-se envolvida num emaranhado de pressões, a atual administração é cada vez mais ameaçada por um clima de instabilidade. E apesar de tomar medidas em favor da democratização do país, como por exemplo a proposta da Lei de Defesa do Estado Democrático, na prática tem dificuldades em aplicar o que decide e faz concessões sérias à direita. Mesmo os planos de caráter social - de valor paliativo - são abertamente emperrados nos escalões intermediários, infestados de elementos reacionários.

É uma conjuntura delicada. Se não muda a rota, se persiste nas orientações econômicas ditadas pelos interesses dos poderosos e do capital estrangeiro, o governo fatalmente se chocará com o movimento popular. E se verá cada dia mais vulnerável aos anseios dos conservadores contra a liberdade e democracia. Na própria formação do novo ministério, nota-se nitidamente a tentativa da direita conquistar novas posições, rumo ao retrocesso.

É hora de uma vibrante campanha nacional, de massas, para retomar o caminho das mudanças e da democracia. A batalha da Constituinte será a ocasião de concentrar grandes esforços para combater a direita, unir as correntes progressistas e mobilizar o povo. É hora de unidade e luta.

Até para o controle dos preços agrícolas o governo recorre a importação de produtos estrangeiros, para regular o mercado pela oferta, mas tornando o país ainda mais dependente do comércio internacional. E em relação a certos investimentos considerados prioritários, já se fala em uma espécie de "empréstimo compulsório", com o dinheiro das cadernetas de poupança, aumentando a dívida externa e contribuindo para deteriorar a credibilidade da moeda brasileira.

Na fixação dos preços de aluguéis, assim como em diversas outras transações comerciais, não se fala mais em cruzeiro. Ou se trata com ORTNs ou então diretamente com o dólar. A corrida ao mercado paralelo, que é ilegal mas cujos valores são divulgados abertamente na imprensa, é cada dia mais acentuada.

Enquanto isto tudo ocorre, os credores internacionais continuam recebendo bilhões e bilhões de dólares de juros e fazendo exigências as mais descabidas. Os bancos publicam seus balanços assinalando lucros fabulosos. O capital estrangeiro - diretamente ou através de testas de ferro - toma as providências para assenhorar-se das empresas estatais, colocadas em leilão para "cumprir os compromissos" da dívida externa.



A oscilação no preço do petróleo, matéria prima de importância vital, abala a economia capitalista

Queda no preço do petróleo gera crise

Nos últimos meses retornou com força aos noticiários a explosão de uma nova "crise do petróleo". Só que, diferentemente das anteriores, esta se manifesta em persistentes quedas nos preços do óleo, hoje comercializado abaixo de 20 dólares o barril. Não faz muito tempo, o barril chegou a ser cotado em até 40 dólares e o atual "preço de referência" da Opep é de 27 dólares.

Pode parecer, à primeira vista, que essas novas oscilações nos preços do petróleo - e o virtual desmoronamento da Organização dos Países Exportadores de Petróleo, a OPEP - é favorável ao conjunto da economia capitalista mundial. Afinal, trata-se de uma matéria-prima de importância vital para a economia e a máquina de guerra capitalista. O barateamento do óleo deveria conduzir à redução de preços, aumento da oferta de empregos e de bens etc.

NOVO PÂNICO

Porém, as coisas não ocorrem assim de modo tão simples. Em vez de contentamento, a nova "crise" tem motivado pânico e perplexidade em todo o sistema. O ministro das Relações Exteriores da França, Roland Dumas, chegou a propor a realização de uma conferência mundial para evitar "as perigosas oscilações de preços" e "harmonizar" o mercado do óleo.

Embora também se alardeie que o fenômeno possa beneficiar um ou outro país importador, e os mais otimistas apressam-se em anunciar o "início de uma nova era de prosperidade" e a saída "de uma dezena de anos dolorosos", sobressai mais o temor das tendências nefastas para o sistema. Os países exportadores, no Oriente Médio e na América Latina, principalmente, deverão sentir fortes abalos.

Os prejuízos que serão impostos ao México e a Venezuela pela queda dos preços, por exemplo, poderão acarretar o crescimento da "desestabilização" da dívida externa nesses países, originando novas dificuldades e contradições com os interesses do FMI e do capital financeiro internacional, devido à diminuição da capacidade de pagar juros.

O México, que tem a segunda maior dívida externa do mundo (de cerca de 100 bilhões de dólares), exporta um total de 1,5 milhões de barris de petróleo diariamente e isto equivale a 75% do total de suas exportações. É com as divisas

obtidas através da comercialização do óleo que garante o lucro dos banqueiros estrangeiros.

Por outro lado, mesmo em tese a redução dos preços pode acarretar uma economia superior a 1 bilhão de dólares com importação, a notícia não tem agradado muito. As autoridades já deixaram, claro que isto não vai refletir-se sobre os preços internos da gasolina e outros derivados do petróleo; alude-se, ao mesmo tempo, à possibilidade de diminuição dos investimentos da Petrobrás na produção interna (que constitui 90% do orçamento total da empresa, o equivalente a 2,8 bilhões de dólares), levanta-se o "perigo" de falência de programas de fontes alternativas de energia como o Próalcool etc.

FORÇA DE MERCADO

Em 1979, quando ocorreu o chamado "segundo choque do petróleo" (o primeiro deu-se em 1973 depois da guerra árabe-israelense, quando os preços, então a 3 dólares o barril, subiram vertiginosamente), a produção nos países membros da OPEP era de 31 milhões de barris. Hoje, está reduzida a 17 milhões de barris. A queda dos preços foi motivada pela compressão da demanda mundial (com a racionalização do consumo e a geração de fontes alternativas de energia) combinada com a crescente concorrência de países exportadores não filiados à OPEP - principalmente a Grã-Bretanha, Noruega, México e União Soviética.

Impôs-se a decantada força de mercado, que o capital procura vender como "meio de equilíbrio" e de "ordenamento" da economia, mas, ao contrário, apenas acentua o caos característico do modo de produção capitalista. De fato, não se pode esperar qualquer amenização dos problemas que, durante muito tempo, foram atribuídos à subida dos preços do óleo. As flutuações, para baixo ou para cima, são absorvidas pelo sistema imperialista como um todo; submetem-se às

suas normas e agudizam suas contradições.

Cerca de 20% do comércio mundial envolvem o petróleo, sem dúvida a principal matéria-prima do planeta. Por isto, é em primeiro lugar domínio das grandes empresas petrolíferas da Inglaterra, da Holanda etc. Esses países imperialistas investiram grandes capitais e empregaram técnicas avançadas na Arábia Saudita e outros países produtores. Também acarretaram as camarilhas dominantes, comprometeram reis, sheiks e imames com grandes somas de dólares.

Não poderia espantar, portanto, que os excedentes gerados com o aumento nos preços do óleo fossem apropriados pelos grandes monopólios imperialistas, embora algumas migalhas fossem utilizadas na corrupção dos governantes. A miséria nos países produtores, por outro lado, acentuou-se apesar dos aparentes benefícios. "A Arábia Saudita, por exemplo, é um país semifeudal, onde reinam a pobreza e o obscurantismo, embora extraia 420 milhões de toneladas de petróleo por ano. Enquanto as massas trabalhadoras vivem na pobreza, o rei e a classe dos grandes senhores de terras depositaram mais de 40 bilhões de dólares somente nos bancos de Wall Street. A situação é a mesma no Kuwait, nos Emirados Árabes Unidos etc", como ressaltou Enver Hoxha, no livro "O imperialismo e a revolução", apontando uma outra particularidade do fenômeno: as receitas excedentes de exportação foram "naturalmente" canalizadas para o capital financeiro imperialista (que é quem na verdade determina as regras de expansão e distribuição do capital a nível mundial). Criou-se, então, o não menos famoso mercado de petrodólares e o "escoamento" da liquidez excessiva (a vazão e absorção do excedente) deu-se através do aprofundamento praticamente forçado do brutal endividamento das economias dependentes. A "crise" do petróleo, que aparentemente colidia com os interesses imperialistas, em especial o norte-americano, ainda que não tenha sido diretamente inspirada por esses regeu-se, não obstante, de acordo com a vontade dos monopólios, servindo para ampliar a cada vez mais gritante espoliação das nações economicamente dependentes.

Luta guerrilheira leva Museveni ao poder em Uganda

Cerca de 10.000 guerrilheiros do Exército de Resistência Nacional (ERN), comandados por Yoweri Museveni, tomaram o poder em Uganda, no dia 26, seis meses após o último golpe militar que derrubou o presidente eleito Milton Obote. Embora ainda haja resistência ao norte do país, na capital, Kampala, e em todo o sul a situação é calma e a população tem destacado a diferença entre os soldados do ERN e os truculentos soldados do antigo exército regular, que durante o último golpe realizaram muitos anos de pilhagem e violação. Museveni afirmou que os

principais pontos de seu programa de governo serão a economia mista, uma ampla campanha de alfabetização e a destribalização do país. Prometeu também levar a julgamento "os responsáveis pelas atrocidades e crimes cometidos contra a população civil, durante os governos de Idi Amin Dada, Milton Obote e da Junta Militar".

O colonialismo britânico até 1962, as constantes lutas pelo poder, os conflitos tribais e principalmente a sanguinária ditadura de nove anos de Idi Amin transformaram Uganda -

país de 15 milhões de habitantes, rico em recursos naturais e 2º maior produtor de café da África - em um dos países mais pobres do mundo.

O próprio Museveni tem um passado de lutas contra a ditadura de Idi Amin e ao governo Obote (que acusou de fraudar as eleições de 1980), mas agora seu desafio é conseguir formar um governo de unidade nacional de base ampla, em condições de enfrentar a crítica situação econômica do país e as antigas divergências étnicas entre o Norte e o Sul, que nenhum governo conseguiu superar.

Portugal busca união para derrotar Amaral

Os portugueses voltarão às urnas, no próximo dia 16, para o segundo turno das eleições presidenciais. A apuração dos votos do primeiro escrutínio, dia 26, deixou claro qual será o desafio colocado para as forças democráticas e populares de Portugal: derrotar o candidato da direita, Freitas do Amaral, cujo programa de medidas antioperárias é uma ameaça às conquistas dos trabalhadores e do povo português.

O resultado das eleições do dia 26 mostrou que será preciso uma ampla unidade para barrar os planos da direita. Freitas do Amaral, apesar de não ter conseguido a sonhada vitória no primeiro turno que, além da presidência, lhe deixaria na confortável posição de um presidente eleito com maioria de votos - obteve expressivos 43%. Mesmo em minoria, as forças reacionárias podem contar com as divisões entre os democratas para levar seu candidato à vitória e impor um retrocesso de grande envergadura ao processo político português.

Desde a derrubada da ditadura salazarista, no 25 de abril de 1974, as classes dominantes, em especial os grupos monopolistas associados ao capital imperialista, vêm procurando arrancar das mãos da classe operária as conquistas democráticas alcançadas. A reforma agrária e as nacionalizações de empresas foram alguns dos principais alvos de sua ofensiva, e sua liquidação completa é a parte mais importante do programa de Freitas do Amaral - antigo colaborador do regime salazarista, "amigo devotado" do ex-primeiro-ministro Marcelo Caetano.

UNIDADE CONTRA DIREITA

Por estas razões, mostra-se correta a posição adotada



pelos comunistas portugueses, organizados no Partido Comunista (Reconstruído), de colocar como objetivo principal a derrota de Freitas do Amaral. Para isto, entendendo a necessidade de somar as mais amplas forças, o PC (R) decidiu apoiar a candidatura da ex-primeira-ministra Maria de Lourdes Pintasilgo. Sua votação (cerca de 8%) reflete uma polarização no campo do centro de efetivo bastante negativo para o destino político de Portugal.

Dois forças dividiram os votos antidireita no primeiro turno: o Partido Socialista, do primeiro-ministro Mário Soares (25%) e o Partido Renovador Democrático, cujo candidato foi Salgado Zenha (20%). A disputa entre ambos pela hegemonia do eleitorado de centro, colocada acima do objetivo maior de derrotar a direita, dificulta a unidade entre todos os que se opõem a Freitas do Amaral no segundo turno.

Salgado Zenha e Pintasilgo já conclamaram seus eleitores a concentrarem o voto em Mário Soares, no próximo dia 16. Será decisivo para os próximos cinco anos na vida política de Portugal que todos os democratas se empenhem na tarefa de evitar que a direita, minoritária, tenha as mãos livres para impor ao país o retrocesso político e social.

Despenca o apoio a Margaret Thatcher

Uma crise de ministério colocou mais lenha na fogueira da primeira-ministra britânica Margaret Thatcher. Em 15 dias, dois dos principais ministros, o da Indústria e Comércio e o da Defesa, demitiram-se em meio ao obscuro processo de venda de ações de uma fábrica de helicópteros inglesa para uma empresa norte-americana. E, junto com os ministros, cai também a popularidade de Thatcher e seu partido, hoje em terceiro lugar nas preferências dos eleitores.

Na sexta-feira, dia 24, o ministro da Indústria e Comércio, Leon Brittan, anunciava sua demissão, 15 dias depois do ministro da Defesa, Michael Heseltine. As quedas dos dois auxiliares de Thatcher estão ligadas ao mesmo caso: a venda de 30% das ações da fábrica de helicópteros Westland. Heseltine, ao contrário do resto do gabinete, defendia os interesses de um consórcio europeu, Brittan, que ao lado de Thatcher defendia uma joint-venture com uma firma norte-americana, vazou para a imprensa um documento confidencial contrário a Heseltine. Estourado o escândalo, ambos demitiram-se.

Margaret Thatcher, convocada pelo parlamento para explicar sua responsabilidade no episódio, respondeu com arrogância e, evidentemente, eximiu-se de qualquer participação no caso. Apesar da maioria do Partido Conservador ter-lhe assegurado um voto de confiança, o mesmo não pode se dizer da opinião pública. Pesquisa realizada pela rádio estatal BBC apontou que 63 dos entrevistados não se consideravam satisfeitos com as explicações da primeira-ministra.

ATRITOS FREQUENTES

Os atritos e demissões no ministério Thatcher repetem-se com frequência. Em 1982, durante a guerra das Malvinas, o ministro do Exterior, lord Carrington, renunciou depois que foi comprovado que sabia de antemão dos planos argentinos para a invasão das ilhas - só não tomou medidas para evitá-la porque o governo da "dama de ferro" precisava de uma campanha chauvinista a fim de recuperar seu prestígio. Em julho do ano passado, o gabinete entrou em choque com a bancada conservadora no par-



Thatcher: sem credibilidade

lamento em razão de um projeto que aumentava em mais de 40% os salários dos altos funcionários públicos - enquanto isso, os funcionários de escalões inferiores teriam que se contentar com aumentos de no máximo 5%.

Estes episódios que mostram a orientação antipopular do governo Thatcher, têm repercutido bastante no prestígio dos conservadores junto ao eleitorado. Desde maio de 1985, pesquisas de opinião colocavam o partido governante em terceiro lugar, numa posição que se confirmou três meses depois nas eleições realizadas no país de Gales. Muito longe, portanto, da quase maioria absoluta (48%) obtida nas eleições parlamentares de 1983.

Após o ibidene envolvendo os ministros, a popularidade de Thatcher voltou a baixar. Hoje, apenas 29% dos eleitores votariam nos conservadores. Num país em que o desemprego atinge 16%, a política recessiva e monetarista da "dama de ferro" não poderia iludir por muito tempo. E seus métodos truculentos de governo, que atropelam inclusive seus próprios ministros, só poderiam levar à derrota de suas fileiras e à inevitável desmoralização perante o novo britânico.

África do Sul "aluga" e "vende" os negros

A Anistia Internacional denunciou no dia 28, as prisões arbitrárias de milhares de negros por encontrar-se, sem autorização, nas "zonas brancas" na África do Sul. Segundo o volumoso informe divulgado pela Anistia, esses "presos políticos" são submetidos a tratamentos "cruéis e degradantes" e, quando sob liberdade condicional, podem ser "alugados ou vendidos" a fazendeiros brancos que os obrigam a trabalhar "no limite da escravidão".

A legislação do pass - passaporte interno que indica o lugar onde os negros estão autorizados a morar e trabalhar - foi duramente criticada pela Anistia, que exigiu sua imediata abolição. Os negros detidos nos controles de identidade podem ser multados ou presos por até três meses - e muitos deles são presos, por não ter dinheiro para pagar a multa.

O governo racista, que já vários anos criou 10 bantustões - imensas favelas, teoricamente uma para cada grupo étnico negro -, tem promovido nos últimos meses o deslocamento forçado de um grupo étnico para área ocupada por outro, dentro da política do apartheid de obrigar os 24 milhões de negros (70% da população do país) a viver nos 13% do território do país. Na última semana, membros das tribos Zulu e Pondo entraram em choque em Umbumbu, com um saldo de mais de 50 mortos, em uma disputa, em princípio por terra e água. Os pondos-origenários do Transkei -, afetados pelo desemprego e pela tomada de suas terras pelos brancos, vêm deslocando-se nos últimos meses para as proximidades da cidade de Durban, à procura de trabalho provocando a tensão social, agravada por velhas rivalidades tribais com os zulus. O governo sul-africano, por sua vez, explora o aspecto da rivalidade tribal, em uma evidente tentativa de encontrar mais uma justificativa para o despotismo da minoria branca sobre a população negra.

Greves contra a política do FMI

As duas greves gerais de 24 horas realizadas nos últimos dias 23, na Bolívia, e 24, na Argentina, consistiram mais uma demonstração do energético repúdio dos trabalhadores às políticas econômicas inspiradas pelo FMI. Apesar das ameaças e chantagens dos governantes dos dois países contra a paralisação, o movimento foi plenamente vitorioso.

Na Bolívia, Paz Estenssoro, depois de declarar a greve, dirigida pela COB, ilegal, ameaçou demitir todos os funcionários públicos que aderissem ao movimento. Apesar disto, com a exceção de alguns órgãos do Estado, praticamente todos os setores da economia foram paralisados. Já na Argentina, a adesão foi de pelo menos 95%, sendo total no cinturão industrial de Buenos Ayres. "Para que o povo não pague o que não deve com recessão e dependência", foi o lema dos grevistas argentinos. Como seus colegas bolivianos, eles exigem o fim da ingerência imperialista no país.

Os resultados das imposições do FMI nesses dois países, a pretexto de combater a inflação, têm sido desastrosos para os trabalhadores. Na Bolívia - onde o aguçamento da crise acarretou, recentemente, a demissão em massa do gabinete formado por Estenssoro em agosto do ano passado - a receita imperialista implicou no aumento da recessão e do arrocho salarial. Na Argentina, as vendas caíram 30% e a produção petrolífera caiu 4,2%.

Sandinistas prendem comando terrorista

O governo sandinista anunciou, no dia 24, ter desmantelado um comando terrorista da somozista FDN, apoiado pela CIA, cujo objetivo era realizar atentados em supermercados, ônibus, restaurantes e torres de energia elétrica. Em entrevista à imprensa - na presença de dois dos 25 membros do comando preso - o chefe de segurança nacional do governo nicaraguense, capitão Andrés García, afirmou que durante a operação foram apreendidas armas e explosivos e que essa "frente interna" da FDN estava recebendo apoio de dirigentes políticos da oposição do padre Oswald Mondragon, diretor do Seminário Menor de Managua.

Enquanto isso, o presidente Reagan já começou a pressionar o Congresso para aprovar mais uma verba de 100 milhões de dólares de ajuda militar aos contra-revolucionários nicaraguenses.

Apesar da maciça ajuda norte-americana, os contras da FDN - que de suas bases vizinhas Honduras comprometeram seriamente a colheita do café no norte do país, no ano passado - esse ano não estão apresentando séria ameaça aos colhedores, graças à firme ação do Exército e milícias sandinistas. Além disso, o Exército a matou um decada de colhedores de café, produto que deve representar 50% da entrada de divisas do país esse ano.

Inflação à solta ataca com 16,2%

Os números da inflação de janeiro voltaram a arrepiar os cabelos das donas-de-casa: 16,2% no mês; 238,3% em 12 meses; as piores taxas registradas até hoje. O país, ardendo em febre, aproxima-se do delírio. As alegações das autoridades econômicas, velhas conhecidas, não convencem. E como sempre todos choram, mas quem paga a conta é o trabalhador.

Um agravante suplementar é que os preços dos alimentos - os que mais pesam no bolso dos trabalhadores - alcançaram o patamar ainda maior de 17,6%. Liderando a disparada, o café encareceu 106% no mês!

As cifras são tão negativas que o próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ao anunciá-lo, admitiu que "trata-se de um índice exageradamente alto, que passou dos limites".

O país agora busca adjetivos à altura da taxa inflacionária, o diagnóstico das suas causas e o aviamento de receitas para debelá-las. Ocorre que as explicações do governo não despertam confiança.

Autoridades explicam mas não convencem

Segundo têm declarado os ministros Dilson Funaro, da Fazenda, e João Sayad, do Planejamento, as causas da disparada seriam as seguintes: os efeitos da seca, ou melhor, da especulação provocada por uma escassez de alimentos que ainda não se verifica; a alta dos preços internacionais do café, encarecendo o produto também para o consumidor interno; a "sazonalidade", que faz de janeiro, costumadamente, um mês de inflação mais alta que a média; e ainda o fato de que, na estatística do IBGE, o mês de janeiro teve 35 dias, por razões técnicas.

São explicações que pecam pela superficialidade. No máximo, ajudam a entender o que há de acessório na supertaxa de janeiro. Permite, também, prever que em fevereiro e março os índices serão um pouco menores, mesmo porque fevereiro tem 28 dias. Mas ocultam as questões de fundo.

O gráfico abaixo fornece informações interessantes. Ele mostra como a inflação começa a subir no governo Juscelino, retrata o falso combate antiinflacionário movido pela ditadura, com base no arrocho dos salários, que depois de alguns resultados aparentes provocou uma recaída catastrófica. Por fim, indica, mês a mês, os tímidos recuos e em seguida o massacrante dos preços na Nova República.

Evidentemente este desempenho não pode ser explicado por secas ou enchentes, "fenômenos sazonais" ou coisas do gênero. Não se trata de um problema de conjuntura, mas, basicamente, de estrutura. Por isso tornou-se crônico no Brasil e outros países com características estruturais semelhantes.

O presidente José Sarney, que ao saber do índice de janeiro pediu uma linha de "mão de ferro", deveria levar isto em conta, para que seu governo não continue absorvido por escaramuças desgastantes e às vezes desmoralizantes, como o malfadado "acordo de cavalheiros" sobre o preço da carne. Não que o corpo-a-corpo com a inflação seja dispensável. Mas ele só tem eficácia se como complemento de um combate em profundidade.

As causas estão na estrutura econômica

Os trabalhadores são os maiores interessados nesta visão, já que são de longe os que mais sofrem com a inflação. Basta ver que o atual salário-mínimo, reajustado em novembro para Cr\$ 600 mil, atualmente já perdeu 46% do seu valor. Por isso, o programa básico do movimento operário e popular tem conteúdo marcadamente antiinflacionário.

Sem pretender uma análise exaustiva, pode-se citar algumas causas estruturais que alimentam em grande escala a inflação brasileira.

O latifúndio. Ao impor seu

monopólio sobre a propriedade da terra, e embolsar a renda fundiária, o latifúndio encarece todos os gêneros agrícolas. Também expulsa do campo milhões de trabalhadores que antes produziam alimentos e que, nas cidades, tornam-se apenas consumidores. Substitui os cultivos para alimentação pela cana, a soja, as pastagens, gerando escassez e, em consequência, carestia. A reforma agrária antiinflacionária é, portanto, um imperativo para se vencer a inflação.

O monopólio. Setores altamente monopolistas, como as indústrias automobilística ou farmacêutica tendem a impor preços de monopólio, sempre mais elevados. Os poucos capitalistas que dominam o setor se entendem entre si e ditam os preços. O governo às vezes tenta tabelá-los. Mas como o tabelamento contraria a busca do lucro máximo, lei número um do capitalismo moderno, os preços sempre acabam liberados, como acaba de acontecer com os automóveis. Medidas anti-monopolistas enérgicas são, portanto, outro componente de uma luta antiinflacionária consequente.

O modelo exportador. O caso do café é um exemplo clássico de como nossa economia, ao se basear na exportação e não no mercado interno, faz subir o custo de vida. Como o café está em alta nas cotações internacionais, seu preço internamente sobe mais ainda, para que sobre bastante café para ser vendido lá fora. Mas se

um produto está embaixas internacionalmente - casos da soja ou do açúcar - o consumidor brasileiro tem que pagar mais caro para compensar as perdas...

A economia "indexada". Inaugurada na gestão do general Castello Branco, a "indexação" (que submete praticamente todos os pagamentos à correção monetária) hoje pode ser considerado um componente estrutural. Nada funciona sem ela - embora os salários sejam corrigidos apenas de seis em seis meses, perdendo sempre a corrida com os preços. Inventada para tornar a inflação suportável, este sistema termina por alimentá-la.

A dívida interna e externa. Sem exagero, ela tornou-se longe a principal causa de disparada nos preços. O governo emite moeda, cada vez mais desvalorizada, para pagar os juros dessas dívidas - que no ano passado subiram a Cr\$ 91 trilhões (dois terços para os débitos externos e a sobra para os internos). Os credores internos são basicamente poderosos grupos capitalistas como o Bradesco, que detém sozinho Cr\$ 20 trilhões em títulos da dívida pública. Já os externos, formam a fina flor do capital imperialista, tendo à frente o todo-poderoso City Bank. É essa gente que suga o dinheiro que o governo não tem para pagar, provocando mais emissões. Se existe um grande culpado pela explosão inflacionária, é essa máfia. E qualquer política antiinflacionária séria teria de começar por um basta em sua agiotagem. (Bernardo Joffily)



Frazão: "desaparecido" desde 1974

Ouvidas mais quatro testemunhas no processo de Frazão

Nos dias 27 e 29 foram ouvidas, em Recife, as quatro testemunhas finais no processo movido pela família de Ruy Frazão responsabilizando a União pelo seu desaparecimento em 1974: Alanir Cardoso, Valdir Araújo Dantas, Solange Almeida de Souza - todos ex-presos políticos - e a mulher de Ruy, Felícia Moraes.

Alanir, hoje membro da direção nacional do PC do B, integrava na época o Comitê Regional do Nordeste do partido, junto com Ruy Frazão. Em seu depoimento, ele contou o episódio em que seus torturadores lhe mostraram, no cárcere, uma foto de Frazão para informar: "O Comprido já virou defunto".

"Neste período", lembrou Alanir, "eu, o Frazão e outros companheiros tínhamos uma militância difícil no Partido Comunista do Brasil, vivíamos na clandestinidade, caçados a todo momento pela repressão. Fui preso e torturado pelo pessoal do Doi-Codi, em setembro de 1974, entre eles o coronel Ney Armando Neviete, chefe da 2ª seção, o major Augusto Fernandes Maia, chefe do Doi-Codi e o policial Luiz Miranda. Tive conhecimento da prisão do Ruy uma semana depois que ela ocorreu".

Solange Almeida de Souza, também militante do PC do B, foi presa em abril em Juazeiro do Norte, no Ceará, levada para Recife e submetida a tortura para indicar onde localizar Ruy Frazão, mas nada disse. Também em abril de 1974 foi preso Valdir Araújo Dantas, que conhecia o endereço de Frazão na época. No seu depoimento ele afirmou que, depois de barbaramente torturado, cedeu o endereço à repressão.

O juiz Genival Matias, que preside o processo, pretende ouvir o major Augusto Fernandes Maia e o policial Luiz Miranda, apontados no depoimento de Alanir Cardoso. As audiências foram muito concorridas, com a presença de várias personalidades democráticas, sindicalistas e lideranças populares.

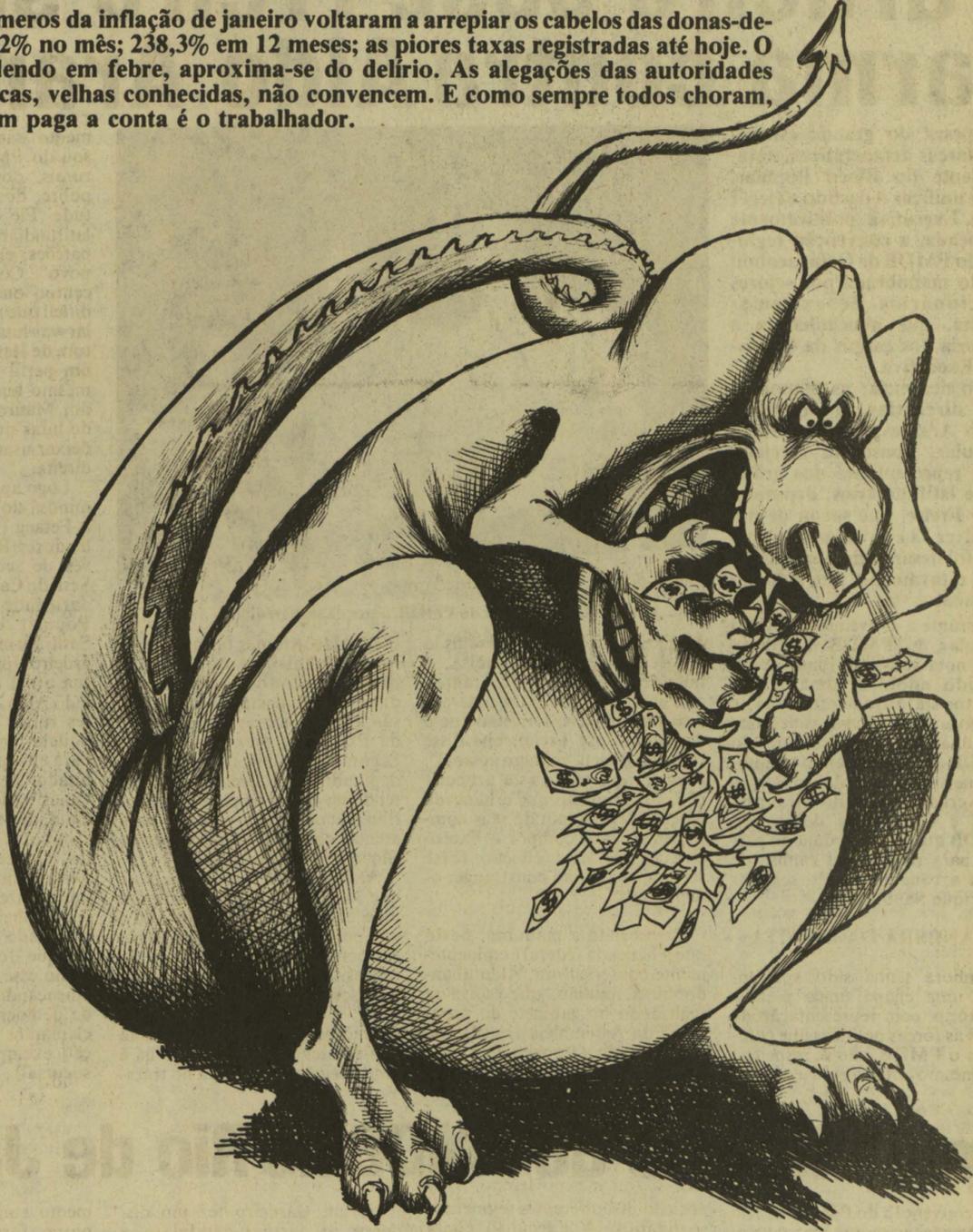
Lyra cede à pressão e nomeia Tuma para delegado-geral da PF

A nomeação do delegado Romeu Tuma para o cargo de diretor-geral da Polícia Federal comprova mais uma vez que a famigerada "comunidade de informações" do regime militar ainda em força na nova conjuntura política. Após exonerar o delegado federal torturador de Fortaleza, o que gerou a demissão do coronel Araripe da superintendência da DPF, o ministro Fernando Lyra acabou cedendo às pressões das forças repressivas.

Logo depois da destituição do delegado cearense, a reação se articulou para impedir novas demissões de antigos serviços da ditadura. A Associação Nacional dos Servidores da Polícia Federal veio a público para protestar contra a "caça às bruxas" e exigir que o ministro mantivesse intacta a "comunidade". E Lyra cedeu. Tanto que para indicar o novo delegado-geral da DPF consultou a Associação e o SNI. Desta forma, confirmou as denúncias de que haveria algum tipo de acordo de bastidor, ao que tudo indica feito ainda no período da campanha eleitoral de Tancredo Neves, para não mexer no esquema repressivo das Forças Armadas.

O ministro da Justiça tenta agora dourar a pílu-la. Afirma que na nomeação de Tuma "não foi considerada sua atuação na Velha República, e sim seu senso profissional". Mas ninguém esquece que o ex-diretor do extinto Dops e depois delegado da PF em São Paulo, sempre foi um homem de confiança do sistema repressivo do regime militar. E é notório que estes nandantes da repressão, mesmo quando não participavam diretamente das sessões de tortura, eram coniventes com ela.

O próprio Fernando Lyra, no início de sua gestão no Ministério, quis exonerar o delegado paulista. Mas, conforme admitiu na época, não teve orça para mexer no esquema militar. Agora, novamente a cena se repete.



Palpites de gringo

Mister Thomas J. Sargent, economista norte-americano da linha dura, membro da Hoover Institution, tomou a liberdade de escrever uma "Carta aberta ao ministro da Fazenda", que o próprio autor considera "um tanto impertinente", mas que merece ser lida pelos brasileiros.

Sargent compara a inflação brasileira com a da Alemanha derrotada na I Guerra Mundial. Assinala, com cinismo, que "os pagamentos de um grande volume de juros da dívida externa agem à semelhança dos pagamentos de indenização de guerra que levaram a Alemanha à hiperinflação de 1922 e 1923". Ou seja, compara os efeitos da dívida aos de uma capitulação.

Mas isto é só o começo. Para Sargent, o governo Brasileiro terá que escolher entre as seguintes medidas: "redução drástica das compras governamentais, elevação drástica da carga tributária, ou não pagamento de parcela substancial da dívida governamental interna e externa".

As duas primeiras alternativas penalizariam os brasileiros, é claro. Porém o mais

interessante é como o mister argumenta, nas entrelinhas, contra a alternativa que afetaria o capital imperialista.

Depois de admitir que o governo americano também tem suas contas desequilibradas e uma política que eleva as taxas reais dos juros sobre a dívida brasileira, o gringo comenta: "As autoridades fiscais do meu país são muito mais poderosas que o ministro da Fazenda do Brasil, de vez que controlam o valor do dólar, a moeda na qual foi constituída a dívida externa brasileira. (...) Possuem o poder de efetivar o não-pagamento de nossa dívida pública (...) - um poder que o ministro da Fazenda do Brasil não detém em suas mãos".

Sargent toca o xis do problema ao mencionar a palavra poder. De fato, para os brasileiros o que se coloca é precisamente a necessidade imperiosa de acumular - com mobilização popular, pressão sobre o governo, mudanças na correlação de forças dentro do país - as condições de poder para decidir soberanamente sobre essa dívida sufocante, o que levará certamente à terceira alternativa citada (e temida) por mister Sargent.

A inflação ano a ano desde Juscelino

55	56	57	58	59	60	61	62	63	65	66	67	68	69	70
JUSCELINO									JANGO					

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Getúlio Vargas

CONVENÇÕES ESTADUAIS PMDB

Grileiro José Freire saca arma contra Aldo Arantes

Apesar do grande esforço das forças democráticas, notadamente do Bloco Popular, para unificar o partido e eleger uma Executiva politicamente avançada, a convenção regional do PMDB de Goiás acabou sendo manobrada por setores reacionários de extrema-direita, que abocanharam a maioria dos cargos da Comissão Executiva.

Ao denunciar as manobras dos "direitistas", o deputado Aldo Arantes, líder do Bloco Popular, quase foi alvejado pelo representante dos grileiros e latifundiários, deputado José Freire, que sacou de um revólver 38 e só não atirou porque foi desarmado por pessoas que estavam ao seu lado no momento.

Durante a convenção, o Bloco Popular do PMDB distribuiu uma nota insistindo para que o partido adotasse uma feição mudancista e transformadora, e alertava para a nova tática dos reacionários: a direita fora do PMDB está estimulando a candidatura do senador Mauro Borges a governador, para dividir o partido, e a diretoria dentro do PMDB quer tomar conta do partido para reter numa camisa de força a candidatura do senador Henrique Santillo.

MANOBRA DA DIREITA

Embora tenha sido apresentada uma chapa única para o Diretório, com representação de todas as forças políticas que compõem o PMDB, não se respeitou este mesmo critério para a escolha



Aldo, líder do Bloco Popular do PMDB, antes de ser agredido

da Executiva. Além da exclusão do deputado Ivan Ornelas, o nome do deputado Aldo Arantes, que estava cotado para uma das vice-presidências, foi vetado pelo deputado José Freire, que disse tratar-se de seu "inimigo pessoal". Para levar a efeito esta articulação, foi proposto que a bancada federal elege um de seus componentes para compor a Executiva e que esta eleição fosse secreta, "para não constranger os deputados".

Percebendo a manobra, posto que a bancada federal é eminentemente conservadora, Aldo abandonou a reunião, que estava se realizando no gabinete do presidente da Assembléia Legislativa, denunciando a trapaça. Por volta das 21,30 horas, quando o depu-

tado Aldo Arantes fazia um pronunciamento na convenção, desmascarando as forças de direita e denunciando a sua exclusão, e a dos setores progressistas, da Executiva, o ex-secretário de Segurança Pública do Estado, deputado José Freire, que pretende ser o vice na chapa de Santillo, sacou de um revólver para atentar contra a vida do líder do Bloco Popular do PMDB.

Analisando o fato, Aldo disse que "a atitude de José Freire foi uma demonstração de que não é um político, mas um pistoleiro. Ele conseguiu mostrar para todo o Brasil quem é esse homem, que representa o latifúndio e a grilagem". E acrescentou que as suas diferenças com José Freire não têm caráter pessoal. "O que há é uma posição antagonista no trata-

mento das questões sociais. Eu sou do PMDB dos trabalhadores rurais, dos posseiros, do povo pobre, dos operários, da juventude. Ele é dos opressores, dos latifundiários, dos grileiros, dos patrões, enfim, dos inimigos do povo". Concluindo, Aldo acrescentou que, mesmo na situação difícil que se criou, o Bloco Popular vai lutar para que a candidatura de Henrique Santillo adquira um perfil mais progressista. Ao mesmo tempo, disse que o senador Mauro Borges, pelo passado de lutas que possui, não pode se deixar usar como instrumento da direita.

Logo após saber da atitude criminosa do deputado José Freire, a Fetaeg (Federação dos Trabalhadores Rurais de Goiás), através de seu presidente, Amparo Sesil do Carmo, prestou total solidariedade ao líder do Bloco Popular do PMDB. Amparo Sesil afirmou: "O latifundiário e grileiro José Freire não apontou sua arma somente para o deputado Aldo Arantes. Os trabalhadores rurais goianos sentiram que aquela arma estava apontada para eles, porque Aldo é o grande lutador pela reforma agrária em Goiás". Além da Fetaeg, diversas entidades e personalidades emitiram notas de apoio a Aldo Arantes. O presidente do PC do B, João Amazonas, enviou telegrama dizendo: "Receba, prezado companheiro de lutas, nossa solidariedade face agressão fascista de que foi vítima. Criminosos como esse não podem continuar ameaçando impunemente a vida de democratas e patriotas. Conclamamos o povo a exigir a punição exemplar do agressor". (da sucursal)



Lideranças empenhadas por uma Constituinte progressista

Amazonas recebe candidatos do PC do B em SP

"O lançamento dos primeiros nomes para concorrer às eleições de novembro de 1986 pela legenda do Partido Comunista do Brasil é o início de uma grande batalha democrática por uma Assembléia Nacional Constituinte verdadeiramente progressista". Assim se manifestou o presidente nacional do PC do B, João Amazonas, ao receber na terça-feira, dia 28, os candidatos comunistas à Câmara Federal e à Assembléia Legislativa de São Paulo.

As primeiras 10 candidaturas definidas pelo Diretório Regional de São Paulo, são: à Câmara Federal - Aurélio Peres, operário e deputado federal pelo PC do B; Lilian Martins, professora; Aldo Rebelo, coordenador geral da União da Juventude Socialista (UJS); à Assembléia Legislativa - Gilberto Natalini, médico; João Bosco, vereador do PC do B em São José dos Campos; Benedito Cintra, deputado estadual filiado ao PC do B na semana passada; Jamil Murad, secretário-geral do Sindicato dos Médicos; Anna Maria Martins, diretora do Conam; Sidnei Gobetti, vereador do PC do B em Marília e Roberto Neas de Carvalho, professor.

taska, mas tudo faremos em especial para empolgar a juventude em uma campanha libertária e patriótica, defendendo, na Constituinte, os direitos dos jovens trabalhadores a uma jornada de trabalho menor, que compatibilize o trabalho com o estudo; defenderemos também a proteção do Estado à maternidade da mulher; a introdução nas escolas da disciplina de educação sexual e o voto aos 16 anos".

Anna Maria Martins, líder popular candidata a deputada estadual, ressaltou que, na condição de comunista, "defenderei com unhas e dentes os interesses imediatos e futuros do povo, com ênfase na luta pelo congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade por um período de seis meses". Comentou que tem sentido "uma boa receptividade nas lideranças populares" à sua candidatura.

Por sua vez, o deputado estadual Benedito Cintra, candidato à reeleição, considera "um grande e importante marco no processo político brasileiro a apresentação de candidatos do glorioso PC do B. A presença dos comunistas nas eleições, nesta luta política em curso, é a garantia do avanço do processo democrático".

DERROTAR A DIREITA

O presidente regional do PC do B em São Paulo, Antônio Barbosa Neto, explicou que o lançamento público dos candidatos deverá ocorrer no dia 2 de março, na Assembléia Legislativa, durante a abertura do seminário "O movimento popular e a Constituinte", organizado pelo partido. "Na ocasião, deverão ser definidos outros nomes para concorrer à Assembléia Legislativa. Pretendemos lançar o maior número possível de candidatos a deputado estadual, se possível preencher a chapa completa, em torno de 130 nomes".

Barbosa acentuou que os candidatos comunistas "vão fazer parte da frente progressista e procurar estar à frente dessas forças, visando unir os setores democráticos e populares para derrotar a direita. Terão também um papel específico, que é o de defender e difundir o programa e as propostas do PC do B, particularmente na Constituinte, para que ela expresse as reivindicações mais sentidas da classe operária e do povo. Trabalharão, ao mesmo tempo, para organizar a classe operária e o povo tendo em vista a continuidade da grande luta nacional pela independência e pelo progresso".

Aldo Rebelo, candidato a deputado federal, frisou que "o lançamento das candidaturas comunistas marca uma história nova do movimento revolucionário e democrático no nosso país. Sabemos tratar-se de uma difícil

Reunificação do PMDB no Rio de Janeiro

A convenção do PMDB no Rio de Janeiro teve como marca principal a reconstrução de sua unidade interna. Depois de quase implodir com a derróta do chaguista Jorge Leite na eleições para prefeito, no ano passado, o partido conseguiu compor uma chapa única para o Diretório Regional e para a Executiva, inclusive com os setores peemedebistas que apoiaram Marcelo Cerqueira no último pleito municipal.

O novo Diretório é presidido pelo senador Nelson Carneiro, que foi a peça chave para a recom-

posição dos diferentes segmentos partidários. A Executiva conta ainda com a participação de Moreira Franco, Artur da Távola, Jorge Gama, Rafael de Almeida Magalhães, Sebastião Nery, Raimundo de Oliveira, entre outros. Quem ficou descontente com esta composição foi o próprio Jorge Leite, que lançou uma nota de protesto assinada por seu fiel aliado, Antônio Carlos de Carvalho, sem maiores repercussões. A chapa foi aprovada pelo voto de 356 convencionais, sendo que 16 anularam o voto e apenas quatro votaram em branco.

Nelson Carneiro fez um discurso de virtual candidato a governador, embora ainda não reconheça oficialmente esta situação. Ele propôs uma campanha centrada em bandeiras democráticas e progressistas e defendeu enfaticamente a aliança com os comunistas e com as demais forças que estejam dispostas a colaborar com esta plataforma. Não se nota no partido uma disputa com o outro possível candidato ao governo estadual, Moreira Franco. O próprio Moreira fez um discurso conclamando à unidade do PMDB e ao entendi-

mento com o PFL, PC do B e outras forças para enfrentar as eleições de novembro. O presidente regional do PFL, Sérgio Quintela, esteve presente na convenção, defendendo uma ampla unidade, com exclusão da "direita radical", para derrotar a chapa do PDT.

Para fortalecer efetivamente a possibilidade de vitória na disputa pelo governo estadual, os setores mais consequentes pleiteiam a inclusão de um candidato a vice-governador sintonizado com as grandes aspirações de mudanças. (da sucursal)

Na Bahia, expressivo apoio a Valdir Pires

A convenção do PMDB baiano ocorreu num clima de euforia diante da possibilidade de vitória das oposições no Estado em 1986. E, assim, foi uma expressiva manifestação de apoio à candidatura a governador do ministro da Previdência Social, Valdir Pires. A convenção elegeu um novo Diretório Regional e a Executiva, que será presidida pelo deputado federal Genebaldo Correia, ligado ao grupo político do ex-governador Roberto Santos.

Depois de muita conversa se chegou à chapa de consenso, com a participação das várias forças políticas peemedebistas. Os grupos do ex-PP, Tendência Popular e Aliança indicaram o presidente, o segundo-vice, o primeiro secretário e o primeiro vogal respectivamente. Os grupos Expansão Democrática - ligado ao ministro Valdir Pires -, o Comitê Conjunto e Novos Tempos indicaram o primeiro vice, secretário-geral e mais um vogal.

A convenção não teve caráter homologatório da chapa majoritária que disputará as eleições de novembro. A chapa inicialmente

lançada com Nilo Coelho para vice-governador (proveniente do PFL), Jutahí Magalhães e Rui Barcelista para senador (os dois dissidentes do PDS), vem recebendo críticas de vários setores pelo fato de, no seu conjunto, não expressar uma feição mudancista e não contemplar oposicionistas históricos.

O próprio ministro Valdir Pires acenou com a possibilidade de mudanças nesta chapa, mas não existem ainda definições a este respeito. Entre os nomes que vêm aparecendo com força para compor a chapa inclui-se o do prefeito de Vitória da Conquista, José Pedral. O Partido Comunista do Brasil, como convidado, esteve presente na mesa da convenção, sendo representado por seu líder na Câmara Federal, Haroldo Lima, que chegou ao Centro de Convenções acompanhado do prefeito Mário Kertesz. O nome do ministro Valdir Pires foi reforçado como candidato do partido ao governo do Estado. Espera-se que, com todo o apoio demonstrado, ele modifique a chapa inicialmente anunciada.



O ministro da Previdência Social é o virtual candidato ao governo do Estado

Acordo na composição da nova direção paulista



A candidatura de Quêrcia, com maioria no PMDB, ficou consolidada

As diferentes facções do PMDB paulista, depois de muitas negociações, finalmente chegaram a um acordo sobre a composição da nova Comissão Executiva Regional, eleita na convenção realizada dia 26 na Assembléia Legislativa. Almino Afonso, secretário estadual dos Negócios Metropolitanos, é o presidente. E a candidatura a governador do atual vice, Orestes Quêrcia, parece ter ficado defini-

tivamente consolidada.

Porém, a unidade do partido para a disputa das eleições deste ano, indispensável para garantir a

vitória sobre as forças de direita, ainda não está assegurada. Permanecem os conflitos originários de interesses menores e alguns pontos que se julgavam e ainda

se julgam proprietários da legenda saíram, de fato, com o orgulho arranhado pela evidente força demonstrada por Quêrcia.

Dante agradece apoio dos comunistas

O prefeito de Cuiabá, Dante de Oliveira, enviou o seguinte telegrama a João Amazonas, presidente do PC do B: "Agradecemos os votos formulados quando de nossa posse como Prefeitura e Memória Fundação Maurício Grabois".

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Um acordo inoportuno

Há algum tempo os trabalhadores discutiam a possibilidade de um pacto ao nível sindical com os patrões e o governo. Colocavam para isto algumas condições, como a reposição salarial, os reajustes trimestrais, a redução da jornada para 40 horas semanais, o seguro desemprego, assim como a garantia de emprego durante a vigência do acordo, no mínimo. Estes entendimentos não se realizaram. Mas agora, tanto autoridades governamentais como líderes petistas voltam a falar no assunto, em condições diferentes e inaceitáveis para o povo.

ALTERNATIVA É A LUTA

A inflação passou à casa dos 16% por mês, os reajustes trimestrais continuam sendo negados, a pequena reposição salarial é ridícula diante da alta desenfreada do custo de vida. Um simples cafezinho, quatro vezes ao dia, consome todo o ganho de um trabalhador que recebe salário mínimo. Enquanto isto os lucros dos patrões são astronômicos. Os acordos de cavalheiros, entre governo e empresários, mais parecem uma piada de mau gosto. A dona de casa cada dia leva uma sacola menor para a feira, e gasta muito mais pelo pouco que compra. Os transportes e alugueis esmagam os mais pobres. Os preços da gasolina e do álcool continuam subindo, embora caiam no mercado internacional.

Nesta situação, como falar em pacto, mesmo que apenas em nível sindical? A alternativa que se apresenta ao trabalhador é a luta para conquistar suas reivindicações elementares. E para isto, o atual clima de maior liberdade, sem intervenção nos sindicatos e sem a aplicação da lei de greve fascista, cria melhores condições de luta.

FALSA SOLUÇÃO

Neste momento é que vem o PT, e a CUT, falar num acordo tripartite, governo, trabalhadores e patrões, para um acordo geral. Ou seja, não apenas no nível sindical, mas envolvendo as questões mais gerais da política nacional, ao "estilo europeu", dizem eles. Na verdade, seria necessário dizer, ao estilo "social democrata", onde a burguesia leva o proletariado a entendimentos sobre os rumos gerais do capitalismo, evitando as soluções revolucionárias e seguindo o caminho das reformas. Este era o teor do "pacto social" apresentado por Tancredo na ocasião, e que as forças mais conseqüentes criticaram, defendendo a possibilidade apenas de um entendimento mais localizado, em coisas mais imediatas e concretas, ao nível sindical, sem envolver as questões sociais mais amplas, onde não há possibilidade de acordo entre explorados e exploradores.

Os defensores deste tal pacto falam em congelamento de preços e, não dizem de forma aberta mas logicamente defendem também, dos salários. Ou seja, quem ganha salário mínimo se contentaria com seus quatro cafezinhos diários, enquanto os especuladores se enchem de dinheiro.

ATITUDE ENÉRGICA

Desmascara-se desta forma o falso radicalismo pequeno-burguês do PT. Ao mesmo tempo que revela-se a pequena disposição dos responsáveis pela política econômica em promover mudanças de maior envergadura. Depois de um ano de governo, a Nova República mostra-se frágil diante das pressões da direita e não ataca de frente os problemas fundamentais - em particular a questão da dívida externa, criando perplexidade e descontentamento entre as camadas populares.

Sem quebrar a unidade das forças democráticas, impõe-se uma atitude mais enérgica das massas trabalhadoras, mobilizando forças para exigir seus direitos. A campanha eleitoral para a Constituinte e para os governos estaduais será marcada por uma disputa acirrada em torno destas questões. (Rogério Lustosa)

DE OLHO NO LANCE

Especulação livre

Em 23 de dezembro último o quilo do café passou de Cr\$ 40 mil para Cr\$ 85.936. Poucos dias depois este valor pulou para Cr\$ 120 mil. Agora, autoridades governamentais declaram que "forçaram" os produtores a uma redução do preço para Cr\$ 99 mil.

Todos os partidos protestaram violentamente pelo fato da política econômica, submetida às imposições dos credores internacionais, torne o café um artigo de alto luxo. Mas além disto, é revoltante que se pretenda fazer os brasileiros de tolos, com malabarismo de números, tentando levar a crer que houve uma posição firme contra os especuladores.

O preço foi de 40 para 99 mil, e por certo período houve um ganho extraordinário com o preço a 120 mil.

A verdade nua e crua é que a incapacidade de enfrentar os banqueiros internacionais obriga o governo a ceder às pressões e liberar a especulação. Isto aconteceu com o café e voltou a acontecer com os automóveis. Depois de prometer mão forte contra as pretensões dos monopólios da indústria automobilística, foi liberado um aumento de 15% - e apesar da fiscalização "severa" anunciada, todos sabem que haverá especulação com os estoques acumulados artificialmente.

Xingu: uma lição de vida

Em julho de 1984, o jornalista Washington Novaes, juntamente com a equipe da Intervideo/Manchete, foi ao Mato Grosso, realizar uma série de programas para a televisão, chamada "Xingu". Trabalho de alto nível, premiado em amostras internacionais. Agora, o jornalista publica, pela Editora Brasiliense, o livro "Xingu, uma flecha no coração", seu diário de viagem. Um trabalho que merece ser conhecido, onde o jornalista aborda os costumes, tradições, lutas e aspectos da vida dos primitivos habitantes do Brasil.

Esporadicamente surgem livros e reportagens sobre o extermínio dos índios - um verdadeiro massacre que fez com que hoje sobrevivam somente uns 200 mil (em 1500, eram 5 milhões!). O livro de Washington Novaes aborda também esse aspecto. Mas centra-se mais na preocupação de mostrar as coisas do cotidiano indígena, em especial suas crenças e costumes. Por suas 310 páginas desfilam temas como as relações familiares, a autoridade dos chefes e dos pagés, a divisão do trabalho e a convivência entre homens e mulheres, a atenção dispensada a crianças, a adolescência, a velhice e, inevitavelmente, a aculturação, as relações das comunidades com a "civilização, a violência cultural e social com que as tribos são agredidas".

Como o nome indica, o trabalho de Novaes circunscribe-se ao Parque Nacional do Xingu, onde o repórter ficou entre 25 de julho e 22 de setembro de 1984, para gravar a série que foi levada ao ar no ano passado. Mais especificamente, o jornalista escreve sobre as aldeias dos waurá, kuikuro, txukarramãe e kren-akaroro (no Parque ainda vivem os kamaiurá, kalapalo, mehinaco, matipu, nahukwá, txikao, trumai, aweti, iawalapiti, cajabi, juruna e suia).

"Eu vi muita vez o pobre morreu de fome"

O Xingu é, na verdade, o único parque indígena que merece esse nome. Como escreveu outro jornalista, Edilson Martins, o Parque do Araguaia, na Ilha do Bananal, é mais "um parque de diversão para turistas excêntricos", o Parque de Aripuanã, em Rondônia, "na verdade nunca chegou a se constituir num parque de verdade". E embora pretenda atender a uma necessidade real e premente das comunidades primitivas, a criação do Xingu não deixa de se constituir num flagrante do cinismo capitalista: o parque pretende preservar a cultura e a vida indígenas, atacadas por latifundiários e empresas mineradoras que invadem suas terras. Os índios são deslocados de suas regiões naturais para o parque, e os invasores - grileiros e latifundiários - ficam impunes e com o campo livre para assaltar as terras dos aborígenes...

Não há trabalhador que deixe de concordar com estas palavras do txukarramãe Raoni, uma das principais lideranças xinguanas, em entrevistas a W. Novaes: "Eu vi



Xingu: sem classes sociais



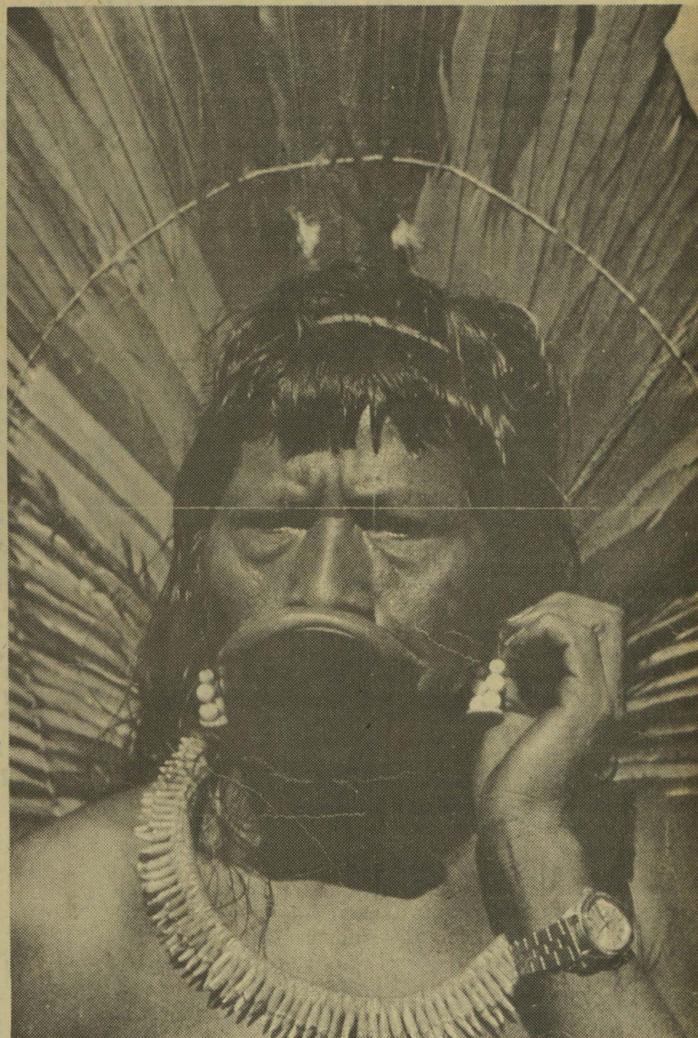
muita vez cidade, o pobre tá morrendo de fome. O pobre que não tem dinheiro morreu fome, na rua, tá procurando comida. Eu vi muito. Também bebida, cachaca, tá matando outro. Também polícia prende gente pobre, também (...) Então, eu tou muito preocupado com meu povo. Meu povo também polícia prender, põe na cadeia. Eu vi também. Então esse não é a vida de nós, nosso índio".

Depois de afirmar que a vida do branco é muito complicada, ele continua: "Que o branco, onde tem gente rico, gente pobre, ele pega revólver escondido, vai lá atirar no peito do rico. Pega dinheiro, fo: embora. E a polícia pricurando prende esse cara que tava matando homem, prende ele, põe na cadeia. É muito coisa o branco tem cabeça. Cabeça do branco é outra coisa. Agora, cabeça do índio, nós, índio, é direito. Direito." Novaes pergunta se entre os índios não tem rico nem pobre. Raoni responde: "Não tem. Daqui do mato, nós, quando pessoal vai acha peixe, todo mundo chegou comer peixe, num precisa pagar, num precisa dinheiro. Esse eu acho muito bom, eu não pode pricurar dinheiro. Dinheiro não é... num vale nada".

Não se trata de pregar uma idílica volta à vida tribal, mas de chamar a atenção à existência de nacionalidades indígenas no Brasil. Nacionalidades que habitavam estas terras muito antes da chegada do colonizador europeu em 1500 - foram descobertos recentemente desenhos com 11 mil anos, no Mato Grosso do Sul, e no Piauí existem marcas da presença humana com cerca de 30 mil anos! Essas nacionalidades não viveram ainda a passagem para a sociedade dividida em classes sociais, não chegaram ainda à etapa da exploração do homem pelo homem. Algumas delas estão no Xingu, e não é sem demonstrar indignação que W. Novaes nota que a cultura mais recente a se instalar no Parque, "que é a dos kren-akaroro, parece exatamente a menos preservada, a mais ameaçada".

Mesmo no Xingu a cultura indígena não fica alheia às influências alienígenas. Logo os primeiros habitantes xinguanos que W. Novaes encontra dão-lhe a impressão de penosa decadência: "Depois das doenças dos brancos, o álcool trazido por eles completou a devastação. (...) Vestidos com camisas esfarrapadas do Flamengo, do Botafogo e do Grêmio, eles pouco têm da nação "(carajá)" que deixou boquiabertos tantos pesquisadores, com a riqueza de sua cultura". O repórter ainda cruzara com índios usando "camisetas com desenhos da Atari e de Walt Disney. No posto Leonardo ouve-se John Lennon (que é ótimo, se não for imposto, nem único, nem excludente). Pesca-se com máscaras italianas e arpões franceses". Numa aldeia, um kuikuro "sacou de uma mala um toca-discos movido a pilha e colocou um LP dos Beatles. Não podia ser mais insólito, os Beatles cantando Let It Be numa casa de índio, no meio de um monte de índios".

Novaes faz notar também que com a morte dos kren-akaroro mais velhos, "perdeu-se a liderança cultural, perderam-se muitas tradições "desse povo. Com isso, ninguém sabe muito dos rituais e das tradições, os hábitos dos brancos vão-se impondo, como os de dormir em camas, usar calções e chinelos, relógios e espingardas". O problema está presente também entre os txukarramãe. É Raoni quem se queixa de que os índios jovens de sua tribo estão esquecendo a vida, a cultura do nosso. "Na sua opinião, os txukarramãe deviam continuar usando o batoque (um enfeite no lábio inferior) "como antigamente



Raoni: "Meu povo também polícia prender. Esse não é a vida de nós".

era índio mesmo, né? Avó, pai, mãe, né? Num é como hoje que pessoa tá pricurando coisa do branco, né? Bobo demais. É bobo! Pessoa bobo".

Uma sociedade sem classes, sem Estado

E não se pense que esse é o único problema enfrentado pelos índios no Xingu. Além do Parque ter sido "decapitado" pela rodovia BR-080, que dez anos após sua criação, em 1961, cortou-o em dois, "dego-lando" 8 mil km2 de sua área total de 22 mil km2, o Xingu sofre também com a falta de estrutura e com constantes ameaças de exploração de suas terras pelos capitalistas.

Na época em que Novaes estava no parque, a Ilha do Bananal estava em vias de ser cortada, ao norte, por uma rodovia "para favorecer meia dúzia de poderosos empreendimentos agropecuários - e contrariando a legislação federal e a estadual, fora o bom-senso. Um crime".

O jornalista aponta algumas debilidades do Parque: "Faltam verbas até para os remédios mais caros. Não há combustível para todos os veículos necessários. Não há luz elétrica, porque ou falta combustível para o gerador ou a rede distribuidora está com defeito. Até a comunicação por rádio se interrompe às vezes, porque todos os aparelhos pifam." E arrisca opiniões: "Se os governos dessem importância aos habitantes do Xingu, como pessoas e como cultura, com um centésimo do que gastam em obras criminosas - como a da rodovia que está cortando a Ilha do Bananal - montariam um pequeno de rádio ligando todas as aldeias aos postos da Funai; manteriam enfermeiras e ambulató-

rios em todas elas; médicos e dentistas permanentemente (em outros tempos, a FAB, que tem uma base dentro do Parque - um absurdo - transportava todas as pessoas que a Funai lhe pedia; hoje, se avisada com dias de antecedência, reserva três lugares ou 200 quilos de carga por voo). "Acrescenta aos seus palpites a necessidade de dar às aldeias mais assistência, "para poderam plantar e colher alguns alimentos com tanta dificuldade. Uma escola que proporcionasse conhecimentos úteis no cotidiano - se fosse desejo dos índios. Um pouco mais de assistência médica. Um pouco mais de ferramentas. Cobertores e roupas para o frio".

Mas a grande questão para esses povos é mesmo a da terra. Terra onde eles possam viver de acordo com suas tradições, com suas crenças, afastados das ameaças dos exploradores. Terra onde possam continuar mostrando, mesmo no Brasil de hoje, "que é possível existir uma sociedade igualitária, sem classes, sem ricos e sem miseráveis, sem poder constituído: ou delegado, sem repressão e sem dominação, sem dinheiro e sem as mazelas da sociedade de classes - a prisão, o prostíbulo, o hospício, o asilo, o orfanato, a favela; que é possível existir uma sociedade regida por valores outros que não o dinheiro; que é viver em grande simplicidade, com muito pouco; que é possível uma sociedade alegre, colorida, que canta e dança e usa seu corpo; que é possível ainda uma sociedade em que tudo isso conviva com o mistério e a esperança", como escreve Washington Novaes em seu livro.

Marx, no Capital, recomendava: "Uma nação deve e pode aprender de outra". No Brasil ainda sobreviveriam 180 nacionalidades indígenas. Aprendamos com elas.

(Carlos Pompe)

Respeito às nacionalidades

Como tratar a questão indígena na Constituinte? Embora encerrado em 22 de setembro de 1984 (antes da Nova República e da convocação da Assembléia Constituinte), Washington Novaes no seu "Xingu, uma flecha no coração", destaca que "por vergonha, por respeito a direitos elementares, deveríamos exigir a demarcação imediata de todas as suas terras.

Admitir que esses territórios definidos fossem micronações associadas à Federação brasileira. Que essas nações, no limite de seus territórios, tivessem o direito de viver segundo sua cultura, sua tradição, seus costumes, sua experiência. Inscrever esse direito na "Constituição".

O índio Ailton Krenak também defende a inclusão dos direitos indígenas na Constituição, garantindo suas áreas como territórios. É o que ele chamaria de relativa autonomia desses territórios, onde os índios poderiam organizar e se relacionar com a

sociedade nacional, a partir de suas necessidades e expectativas".

Krenak afirma que os índios devem ter formas diferenciadas de se representarem dentro da elaboração das leis do país. "Na prática, funciona assim: cada grupo que desejar participar indica seus representantes para as discussões, sem necessidade de concorrer às eleições de 86". Dessa maneira estariam sendo acolhidas dentro da nação brasileira dos 180 povos nativos sobreviventes, "que têm línguas diferentes, religiões diferentes, e formas de analisar diferentes".

O PC do B, em sua Declaração Programática, preconiza a respeito "a todos os grupos e tribos aborígenes, às suas terras, aos seus hábitos e costumes, aos seus idiomas, à sua cultura; organização livre e autônoma dos indígenas e direito à representação em órgãos públicos". Direitos que, segundo o documento, devem ser garantidos na nova Carta Magna.

Fundação Maurício Grabois



Plenária do IV Congresso da Contag, que optou por uma central sindical unitária e sem tutela do Estado

Por que a criação da CGT interessa aos camponeses

Aos camponeses e trabalhadores rurais também interessa a criação da CGT - Central Geral dos Trabalhadores. Interessa porque para combater a crescente violência no campo, barrar o avanço da grilagem, do latifúndio e de seu braço armado é indispensável a ação unitária entre trabalhadores da cidade e do campo ao lado de outros setores democráticos e populares para fazer avançar a luta pela reforma agrária antilatifundiária.

Aos operários e demais trabalhadores que lutam pela liberdade, pela autonomia sindical e o combate ao pluralismo, o divisionismo, que defendem a unidade política e orgânica do sindicalismo brasileiro, interessa a ativa e independente participação dos trabalhadores rurais através de seu movimento sindical no III Conclat, quando criará a CGT para ser um instrumento de luta.

No IV Congresso da Contag, realizado em maio de 1985, em Brasília, entre as conclusões sobre o sindicalismo destaca-se a consideração de que o movimento sindical dos trabalhadores rurais tem defendido "um sindicalismo unitário e livre da tutela do Estado, do partidário e do pluralismo sindical" e afirma "que uma Central Sindical de caráter unitário fortalecerá a luta dos trabalhadores do campo e da cidade".

Hoje, independente da vontade daqueles que propõem e lutam pela unificação do movimento sindical, está cristalizada uma divisão imposta pela cúpula sindical petista, que tenta descer goela abaixo dos sindicalistas e das massas de trabalhadores uma autodenominada CUT que não é outra coisa

senão o partidário, o pluralismo, paralelismo e atrelamento aos dólares e marcos da social-democracia européia, com o claro objetivo de impedir o avanço das lutas operárias em nosso país.

O proposto e sonhado Congresso de reunificação do movimento sindical, para fazer daí surgir uma única Central, foi inviabilizado principalmente pela estreiteza e sectarismo do PT/CUT, que impediu todas as tentativas de reunificação do sindicalismo numa central única.

CONTER O DIVISIONISMO

Ao sindicalismo rural, que luta pela unidade e democratização sindical, cabe agora através da Contag levar à prática as resoluções do seu IV Congresso e imediatamente iniciar a preparação de seus delegados ao III Conclat para lá defender com vigor um programa de lutas unificado, que faça avançar a consciência e organização dos trabalhadores da cidade e do campo, assim como contribuir com a sua participação para que a CGT a ser criada seja representativa, forte, com um direção e programa com-



ARTHUR DE PAULA

prometidos com as lutas dos trabalhadores da cidade e do campo, que sejam instrumentos de mobilização e luta pela reforma agrária, contra o pluralismo, o divisionismo, e represente um passo importante para reunificação política e organizativa do movimento sindical brasileiro.

O divisionismo cristalizado no sindicalismo precisa ser contido. De um lado, a CUT, financiada pela social-democracia e com sua política "esquerdista"; do outro, a USI - União Sindical Independente -, que congrega o que há de mais reacionário, corrupto, capitulacionista e direitista.

Neste momento da vida brasileira, com acentuada dependência ao capital internacional, a desenfreada violência no campo, as vacilações da Nova República em tomar medidas mais agressivas para assegurar as mudanças exigidas pelo

povo, compete aos combativos sindicalistas se unirem na realização do III Conclat, em março próximo, para garantir uma massiva e expressiva participação dos trabalhadores tanto no campo quanto na cidade, fazendo com que deste fórum saia uma CGT que seja um instrumento de luta da classe operária e do camponato, sintonizada com os interesses mais gerais do povo, que lute pelo avanço das liberdades políticas, pela ampla mobilização de massas a fim de realizar uma reforma agrária antilatifundiária; pela suspensão do pagamento da dívida externa; pela eleição em novembro de uma Assembléia Nacional Constituinte livre, soberana e democrática, que garanta os interesses do povo, dos operários e camponeses.

A CGT NO CAMPO

A CGT que surgirá no III Conclat não poderá prescindir da presença organizada e massiva do sindicalismo rural. Nem terá força e representatividade se na sua estrutura organizativa, desde a executiva até as coordenações estaduais e municipais, não estiver assegurada a participação do movimento sindical dos trabalhadores rurais através das suas entidades.

Que o III Conclat, em março, seja mais um sólido passo no rumo da reunificação do sindicalismo e na construção da indispensável aliança operário-camponesa.

Servidores param pelo pagamento do salário

Os servidores públicos do Estado de Mato Grosso, depois de passar fome devido ao atraso de pagamento nos seus salários, resolveram se unir e lutar pelo seu direito elementar de remuneração pelo trabalho.

No dia 23 eles realizaram uma assembléia que contou com a presença maciça de funcionários da rede estadual. E, num clima de muita revolta, resolveram paralisar suas atividades até que o governo antipovo do sr. Júlio Campos tome vergonha e pague os atrasados.

O governador da fraude aplicou o dinheiro destinado ao pagamento dos funcionários na compra de motéis, fazendas etc. Ele diz não ter verbas, mas vive endividando o Estado com bancos estrangeiros para gastar em obras que só beneficiam os grandes empresários e seus comparsas.

Na assembléia do dia 23 os servidores resolveram por unanimidade elaborar um documento para o governo, pedindo que se faça uma intervenção federal. A greve dos funcionários

atingiu todo o Estado, mobilizando mais de 11 mil funcionários.

O presidente da Aspemat (Associação dos Servidores Públicos do Estado de Mato Grosso), Benedito Daltro, afirmou considerar esta situação "de extrema gravidade". E continuou: "Somente uma intervenção do governo federal poderá dar um basta nesta condição angustiante em que vivemos".

Durante a primeira assembléia dos servidores o dirigente do Partido Comunista do Brasil em Cuiabá foi convidado a falar sobre a questão da greve. Alúcio Figueiredo Arruda disse que "somente com a implantação de um sistema social justo, que é o socialismo, conquistaremos um mundo de fé, paz, liberdade e independência nacional".

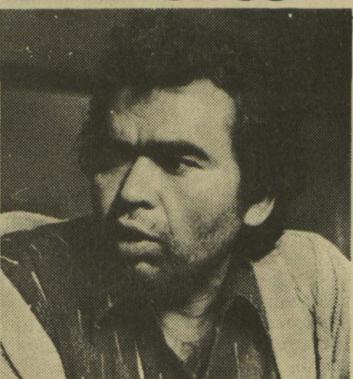
Alúcio concluiu convocando "todos os funcionários públicos a cerrarem fileiras com o PC do B e a lutar por uma pátria livre da exploração do homem pelo homem". (Célio, pela sucursal)

Situação vence eleições no Sindicato dos Vidreiros

Encerrou-se na semana passada a eleição da nova diretoria do Sindicato dos Vidreiros do Estado de São Paulo. No primeiro escrutínio (o segundo só foi feito por exigência da legislação draconiana), a chapa da situação, vinculada à CUT, obteve 2.887 votos, enquanto a Chapa 2, formada por jovens lideranças da categoria, ficou com 1.475 votos.

Apesar do resultado, o pleito serviu para questionar a orientação sindical da corrente petista (que já está no sexto ano de mandato) e para mostrar o respaldo da oposição na base. A Chapa 2 venceu na principal empresa do setor, a Santa Marina do bairro da Água Branca (onde, inclusive, o presidente atual do Sindicato é funcionário); na Nadir Figueiredo, terceira maior firma do ramo; e na Santa Marina de Mauá, a fábrica com o melhor nível de organização interna da categoria.

A vitória da chapa cutista se deve, em grande parte, aos votos do ABC e das pequenas empresas do interior. Para atingir os distantes municípios, a diretoria utilizou todo o aparato da máquina sindical e ainda contou com a ajuda milionária da CUT. Além disso, segundo denúncia de Antônio Fernandes da Silva, encabeçador da chapa de oposição, a diretoria utilizou-se de recursos ilícitos. "A CUT enviou a lista dos sindicalizados para os patrões e as chefias das empresas pressionarem os sócios a votar na chapa de situação", garante Tonhão, que acrescenta: "Houve



Tonhão: fortalecer a entidade

também falsificação da lista de sócios. Já temos provas de que 18 companheiros votaram sem ser sindicalizados".

Para Tonhão, apesar das irregularidades constantes, "pretendemos respeitar as urnas". Os membros da oposição, boa parte cipeiros e integrantes de comissões de fábricas, "vão continuar o trabalho de fortalecimento da nossa entidade de classe". Nosso objetivo maior é aumentar a organização da categoria nos seus locais de trabalho e no Sindicato. Quanto à nova diretoria, a eleição serviu para mostrar que ela tem maiores responsabilidades, não poderá se manter omissa nos problemas dos vidreiros. Ela estará sob supervisão da categoria e da oposição".



Manifestação dos trabalhadores em processamento de dados em S. Paulo

Sindpd elege sua primeira diretoria em São Paulo

Foi eleita, nos dias 21, 22 e 23, a primeira diretoria do Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados de São Paulo (Sindpd), encabeçada por Francisco de Assis Aderaldo. A categoria tem 32 mil trabalhadores, dos quais 8 mil sindicalizados.

O programa da diretoria envolve a luta contra o arrocho salarial, pela regularização da jornada de trabalho (as empresas desrespeitam acordos de redução de jornada), trimestralidade, reposição salarial e reconhecimento da tenosivite (inflamação no pulso) como doença profissional, já que atinge expressivo contingente da categoria.

Parcela expressiva desses profissio-

nais é integrada por mulheres, e cinco delas estão na diretoria do sindicato. É o caso de Rosemary Antunes, que despontou na atividade trabalhista na preparação e deflagração da greve de 23 de outubro passado na Caixa Econômica Federal. Iracema Arruda Andrade, outra diretora eleita, participou do I Congresso Nacional da Mulher Trabalhadora, promovido pela Conclat. Rita de Cássia, eleita suplente da executiva, pretende fazer do sindicato um instrumento que lute não só pelas questões específicas da categoria, como também participe das jornadas de todo o povo por um país democrático e progressista. Rita defende, inclusive, a filiação do Sindicato na futura CGT, a ser fundada em março.

Sem-terra querem gleba da Unesp

No dia 17, cerca de 40 famílias invadiram uma gleba de terra pertencente à Unesp-IBCN, em Botucatu, onde funcionam as faculdades de agronomia, zootecnia e veterinária. Apesar do apoio da população, dos partidos políticos, sindicatos, e até da Câmara e da Prefeitura municipais, os sem-terra foram removidos do local, dias depois.

Desde 1º de outubro lavradores sem terra e suas famílias estavam acampados nas estradas das fazendas "Lageado Edgardia". No ano passado, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Botucatu chegou a cadastrar os interessados em possuir uma gleba de terra, acreditando que teria o apoio da Unesp. Mais de 500 pessoas se inscreveram.

Mas os diretores das faculdades instaladas na área anunciaram que tinham um outro projeto de ocupa-

ção dos 2.127,3 ha. Inconformado, o presidente do STR, Luís Rúbio, afirmou que aquelas terras estavam apenas "criando cobras", quando poderiam produzir arroz, feijão, batata, café, além de hortifrutigranjeiros.

Os trabalhadores rurais realizaram assembléia no sindicato e optaram pelo acampamento nas estradas que levam às fazendas, como forma de protesto e de alerta da população e das autoridades para seus problemas. O acampamento permaneceu

de 1º de outubro de 1985 a 17 de janeiro. Foi quando algumas dezenas de famílias decidiram ocupar as terras. Somente uma semana depois os fiscais das fazendas os localizaram, "o que prova nossa tese de que a Edgardia e o Lageado estão entregues às cobras e ao mato", comentam os lavradores.

REINTEGRAÇÃO DE POSSE

O vice-reitor, Paulo Milton Barbosa Landun, solicitou ao Fórum de Botucatu reintegração de posse das áreas ocupadas. Acusou os lavradores de estarem "decepando a mata". Luís Rúbio retrucou que "os ocupantes somente limpam uma área onde estava cres-

cendo mato, e não derrubaram uma árvore sequer". Os advogados da Unesp tentaram impedir o acesso da imprensa e até da própria advogada do sindicato à documentação da terra.

Os lavradores fizeram um levantamento da área da Unesp, alertando que não a pretendem toda, mas 600 ha, de seus 2.127,3 ha. Retirados das fazendas, os ocupantes retornaram ao acampamento.

No dia 23, dirigentes dos sindicatos de metalúrgicos de São Paulo e Mairinque levaram sua solidariedade aos sem-terra acampados. O PC do B também manifestou seu apoio a essa luta.

(Haroldo Amaral e Renato Prado, de Botucatu)

Agricultores de Três Fronteiras protestam

Às 7 hs da manhã de quarta-feira agricultores de Três Fronteiras, pequena cidade com 8 mil habitantes no extremo oeste de São Paulo, decidiram cruzar os braços em protesto contra os juros extorsivos cobrados pelos bancos sobre os créditos concedidos. Cerca de

cem lavradores estacionaram seus tratores em frente ao Banco do Brasil e ao Bradesco. Deve-se lembrar que o lucro do Bradesco no ano passado foi cinco vezes maior de que em 1984, atingindo quase Cr\$ 54 trilhões.

Com a seca, os agriculto-

res não têm condições de pagar os juros. Os 200 bóias-frias da região também ficam ameaçados de não ter onde trabalhar, já que as roças de milho, feijão, arroz e outros cereais estão secas e, sem empréstimos, os agricultores não têm condições

de iniciar novos plantios.

A situação é grave. Os agricultores exigem a suspensão do pagamento dos juros para poderem plantar. Sem isso, os trabalhadores rurais da região não terão o que comer nem possibilidades de emprego. (Geraldo Moreira de Souza)

Informação de classe e pesquisa você encontra na

CDM

Princípios

Centro de Documentação e Memória

Fundação Maurício Grabois



Nossas boas idéias não dão lucro para Siemens

Recentemente a direção da Siemens, através do SPM (Sugestões Para Melhoramentos), lançou mais uma campanha que tem por objetivo conseguir o aumento da produtividade e a diminuição dos custos operacionais para a empresa.

A campanha, que tem o nome de "Kid Boa Idéia" está dirigida a todos os trabalhadores, em particular aos operários. Isto ocorre devido ao envolvimento direto que estes trabalhadores têm com a produção. É exatamente durante o processo de confecção das peças que podem ser notadas as possíveis falhas técnicas ou mesmo superados alguns entraves de ordem operacional. Estas são algumas das coi-

sas que só podem ser resolvidas na área da produção.

A criação destes CCQs ampliados traz sérias consequências para os trabalhadores. Isto porque, na medida em que a empresa fornece prêmios e brindes aos que tenham idéias que resultam na diminuição dos custos de produção, aumento da produtividade e consequentemente o aumento dos lucros para a firma, também desperta a concorrência, a desunião entre os companheiros.

Por outro lado, pessoas que antigamente ocupavam determinadas funções na produção passam a não ter função nenhuma, graças a estas artimanhas da direção da Siemens. No fim de tudo muitos compa-

nheiros vão engrossar as filas dos desempregados.

Nós, operários, sempre temos boas idéias, só que estas a Siemens faz questão de não ver e de não discuti-las com os funcionários.

Há tempos nós levantávamos idéias como equiparação salarial, redução da jornada de trabalho sem diminuição de salário, pagamento de 240 horas semanais, aumento trimestral, comissão de fábrica, etc.

O que será que os diretores da empresa pensam dessas idéias? Pelo visto não dão a mínima importância, pois elas não trarão lucro para a Siemens nem cargos notórios e privilegiados dentro da diretoria. (Operários da Siemens - São Paulo, SP)



fala o POVO

A carta de um operário da Siemens mostra uma das formas que o patronato encontra para dividir o operariado e aumentar seus lucros. O SPM - como a carta denuncia com muita clareza - serve para procurar engabelar os trabalhadores com as promessas de prêmios e brindes. Quem enxerga bem compreende a armadilha. Mas muitos trabalhadores podem acabar entrando no jogo sem perceber.

Dá a importância de uma denúncia como essa. Além de mosrar o engodo, alerta os trabalhadores para a arapuca do patrão e mostra que quando as boas idéias servem aos interesses dos trabalhadores, como pagamento de 240 horas mensais, trimestralidade, equiparação salarial etc., nunca são aproveitadas. Mais uma lição que os operários aprendem no trabalho do dia-a-dia nas fábricas... (Olivia Rangel)

Nem serva nem patroa para sempre mulher!

A poesia abaixo, de autoria de Eva Creusa, do Sindicato dos Escritores do Rio de Janeiro, foi declamada durante o I Congresso Nacional da Mulher Trabalhadora realizado em São Paulo de 17 a 19 de janeiro:

Daqui prá frente não mais objetos de luxo ou de lixo Tampouco escravas de quaisquer senhores ou situação

Recusamos a exploração de nosso corpo ou força de trabalho recusamos a fácil proteção

Não mais tutela ou comodismo da alienação Arquitectas do futuro queremos ter um projeto de vida e dividir com os homens, de igual para igual os destinos da nação

Nas praças e oficinas no campo e na cidade levantamos a bandeira da esperança acreditamos na paz e na justiça na gestação de um tempo novo Pois somos povo em busca de caminhos de lutas para a felicidade

Rompemos o muro dos silêncios decretando o fim da arbitrariedade Para o que der e vier nem servas nem patroas para sempre mulher!



Homenagem a João Canuto um lutador brasileiro

Este poema é minha homenagem a João Canuto, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ric Maria, sul do Pará, assassinado traiçoeiramente a mando de latifundiários que imaginavam assim calar uma voz de resistência à opressão.

Demonstram, com essas atitudes, quanto estão desesperados, pois temem a unidade dos trabalhadores do campo com os operários dos grandes centros, que mesmo com todas essas dificuldades ocorrerá para pôr fim a esta sociedade discriminatória e oprimora.

Ofereço o poema também a todos os camponeses que tombaram com a violência assassina dos grandes proprietários de terra, deixando para todos nós seu grande exemplo de luta.

Em seu lar com sacrifício Após o duro embate com os inimigos descansa o valente posseloro deixando para todos ali presentes seu grande exemplo de luta e destemor.

A coragem e organização do camponês leva o latifundiário ao



desespero que contando com a ajuda de jagunços serviçais Tenta com esta atitude vil matar uma semente forte De forma criminosa e cruel.

A reforma agrária prometida ainda não veio, mas ela virá. Será uma decorrência da luta na unidade operária e

camponesa Caminhando, todos unidos, Colocarão abaixo de um só golpe os exploradores assassinos e eliminarão o latifúndio discriminador.

(Antônio da Silva Ortega, diretor do Sindicato dos Metroviários de São Paulo)

Puseram fogo em meu barraco



Nós, trabalhadores da roça, não temos direito de viver, porque não temos direito de trabalhar na terra. No dia 28 de agosto de 1985 fomos despejados das Fazendas Boa Vista. Éramos 13 famílias, com 65 crianças, jogadas na fome.

Puseram fogo em meu barraco comigo embaixo dele e o mesmo fizeram com um casal de velhos de 80 anos.

Os grileiros tinham dinheiro para abafar os jornais e tinham o apoio do delegado, da juíza Vera e do prefeito Trezolino, com 50 policiais. Derrubaram as roças e as casas. Perdemos tudo. Nós, mulheres trabalhadoras, precisamos de terra para plantar e seguro de vida para os trabalhadores rurais. (Uma trabalhadora rural de Magé - Rio de Janeiro)

Oposição concorre em Rondonópolis

No dia 2 de março haverá eleição para escolha da nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rondonópolis. Neste pleito duas chapas estão concorrendo, a chapa 1, da situação, e a chapa 2, da oposição.

É a primeira vez desde que o atual presidente, o pelego Valfredo José Gonçalves se instalou há nove anos, que uma chapa de oposição tem oportunidade de participar. Das outras vezes a atual direção manobrava na publicação do

edital de convocação, não permitindo que outra chapa fosse registrada dentro do prazo legal.

Destá vez conseguimos registrar a nossa chapa mas estamos enfrentando outras dificuldades. Primeiro com relação à sede do Sindicato. A atual diretoria não permite que nossa chapa faça reunião na sede. Então somos obrigados a procurar outros locais. Depois, vem a questão das documentações. A diretoria nos nega o direito de ter acesso a qualquer

documento do Sindicato, o que facilita eles fazerem manobras.

Eles também estão usando a estrutura do Sindicato em favor da chapa situacionista. Eles estão usando carro, dinheiro, e as dependências do Sindicato em benefício da chapa 1.

Gostaria que vocês publicassem essas denúncias pois sabemos que este é um jornal comprometido com a verdade e que luta por um sindicalismo livre. (Cosme Damião Freitas, membro da chapa 2 - Rondonópolis, Mato Grosso)

PC do B tem sede em Cruz Alta

No dia 14 de dezembro passado foi inaugurada a sede do Diretório Municipal do PC do Brasil em Cruz Alta, Rio Grande do Sul.

A inauguração foi precedida de um intenso trabalho de propaganda envolvendo a distribuição de milhares de boletins pelos bairros populares, pichações e colocação de cartazes nos pontos de maior movimento da cidade, convite impresso a todas as associações de classe, aos partidos políticos, à Câmara de Vereadores, aos órgãos de imprensa, à bancada de vereadores de Caxias do Sul e aos Diretórios Municipais do PC do B em Ijuí e Caxias do Sul, bem como ao Diretório Regional do Partido.

Conseguiu-se entrevistas na televisão local, nos jornais e nas rádios da cidade, onde se ressaltou o passado de lutas do PC do Brasil e a importância do ato para o avanço das lutas populares, e se convidou a população para o ato de inauguração.

O ato contou com a presença de mais de cem pessoas, entre estudantes, camponeses e populares. A sua foi interrompida até meia-noite, ao som de



A inauguração da sede do PC do Brasil registrada em foto

A solenidade começou com a abertura da sede pelo seu presidente, José de Pietro. Falaram

também, entre outros, o representante do Diretório Regional e vereador de Caxias do Sul, Eloi Frizzo, o representante do Diretório de Caxias, e de Ijuí, líderes camponeses de Cruz Alta, Ijuí e Ajuricaba, representantes do PMDB e PDT, de associações de classe.

Todos os presentes receberam o programa e os estatutos do Partido. O ato terminou até meia-noite, ao som de

música e foguetes. Em seguida foi oferecido um coquetel regado a cerveja.

Vários oradores lembraram a perseguição que a ditadura militar exerceu sobre todos os partidos que ousavam lutar pela liberdade e destacaram a repressão e as torturas que os órgãos de repressão cometeram contra vários comunistas presentes ao ato.

O povo expressou seu apoio ao partido numa tribuna livre, imprensa deu cobertura ao ato. (Maurício Grabis, Rio Grande do Sul)

CPDM
Fundação Maurício Grabis

Telê tem que tomar cuidado para não convocar "cascateiros"

Com a eleição de Otávio Pinto Guimarães-Nabi Abi-Chedid para a Confederação Brasileira de Futebol e a consequente contratação de Telê Santana como o novo técnico da seleção que vai ao México em junho tentar a nossa quarta Copa do Mundo, parte dos problemas que envolvem nossa ida ao campeonato está resolvida. Mas não todos. Ainda falta no fundo o principal, que são o time, os jogadores e o treinamento, que deve ser rápido e eficiente, se não quisermos passar vexame no México.

Telê Santana, que havia dito que não aceitaria mais dirigir a seleção poucos dias antes da eleição da CBF, acabou voltando atrás quando soube que foi escolhido por unanimidade e que a delegação à Copa iria ser dirigida por Márcio Braga, o deputado cartola do Rio de Janeiro. A escolha do técnico preocupava a todos os torcedores e até mesmo os jogadores apontados como o time básico do Brasil nesta Copa. Se não fosse Telê, seria Zagalo ou Minelli. Zagalo seria péssimo, porque ele representa o futebol dos tempos negros, retrancado e sem criatividade, e autoritário. Com ele na seleção, Sócrates, Zico e Casagrande, principalmente, estariam de fora do time. Minelli era um bom nome, mas não tinha cacife dentre os cartolas, mas seria um técnico melhor que Zagalo.

Agora Telê é o máximo. Sabe lidar com os jogadores, conhece as manhas do futebol, é democrático no trato com o elenco, sabe distinguir um jogador criativo e técnico de um "cascateiro" e é respeitado internacionalmente. No Brasil, é o preferido também das torcidas, sempre a última área a ser ouvida, não só no futebol.

A escolha do novo técnico da seleção, apesar de acertada, porque valoriza o que há de melhor no futebol brasileiro, foi tardia e deixa um tempo exageradamente exíguo para a convocação dos jogadores e a preparação do time. Telê já anunciou que só divulga os nomes dos convocados no dia 14 de fevereiro, porque, afinal, precisa de tempo para ver os novos jogadores, saber se os veteranos estão em forma ou "bichados" e fazer outros preparativos, como acertar local de concentração, jogos amistosos no Brasil e no exterior, preparar a comissão técnica etc.

OS JOGADORES

O Brasil nos últimos anos tem revelado, na verdade, poucos craques bons de bola, mesmo. Quem lê as sessões de esporte dos grandes jornais todos os dias com pouca atenção e espírito crítico, pode até pensar que ultimamente surgi-



Telê: com o apoio da torcida, mas sujeito às pressões dos clubes

ram grandes jogadores no Corinthians, no Flamengo, no São Paulo, no Fluminense, no Guarani de Campinas, no Vitória da Bahia, no Palmeiras e em outros times menores. Principalmente nessa época de montagens de equipes, tempo de compra e venda de jogadores.

Mas a maioria dos nomes que ocupam espaço nos jornais e nas rádios e TVs é armação para dar dinheiro aos clubes, aos cartolas e até a alguns jornalistas corruptos. Se valoriza nos jornais vários jogadores, porque assim o preço do passe deles sobe, a porcentagem sobre a transação também e todos os envolvidos acabam ganhando. Quem perde é o futebol, os clubes e as torcidas principalmente, que as vezes acabam até se cotizando para ajudar o clube a comprar o passe de um jogador "cascateiro" enaltecido pela imprensa.

Basta ver o que ocorreu com o Jacozinho, jogador do CSA de Alagoas, promovido pela Globo e principalmente por certo repórter como o melhor jogador do Brasil. Foi vendido para um time do Rio de Janeiro e nunca mais se ouviu falar no Jacozinho. Podia até ser razoável, mas foi tremendamente cascateado pela imprensa. Agora é a vez do nigeriano Ricky, que ajudou o Vitória, da Bahia, a ganhar o campeonato baiano e está sendo pro-

movido pela mídia como fenômeno. Está sendo negociado também no Rio de Janeiro e vai cair na vala funda dos "pipoqueiros". E assim ocorre com vários outros jogadores.

Telê Santana tem que estar atento para não convocar entre os 22 que vão ao México, vários "cascateiros". Por isso pediu tempo até dia 14 para avaliar melhor quem vai mesmo ser convocado. Sabe-se que o time base será o mesmo das eliminatórias, com alguns veteranos da Copa de 82. Zico, Sócrates e Falcão, se não estiverem mesmo "bichados", serão convocados. Casagrande, Careca, Carlos, Adílio, Paulo Victor, Assis e Éder, estão com suas contratações praticamente garantidas. Mas o técnico já falou que até dia 14 muita coisa pode mudar, pois quem não estiver em boas condições não entra na equipe.

Enquanto estuda quem serão convocados para a seleção, já avisando que não pensará jogadores nos fins de semana para jogar nos campeonatos estaduais, o que provocou "tremedeira" nos clubes e satisfação nos atletas. Telê prepara o roteiro da excursão que a seleção fará como treinamento para a Copa. O técnico quer jogar com o máximo de times europeus e sul-americanos, principalmente com aqueles que tenham características próximas aos selecionados que vamos enfrentar no México.

Afinal, Telê terá muito trabalho até o início da Copa. Além do tempo exíguo para convocar, treinar e preparar a seleção, suportará uma tremenda pressão da torcida, que quer ver esse ano o Brasil não só jogar um futebol bonito, como fez na Espanha em 82, mas fundamentalmente ganhar a Copa. (Luís Aparecido)

Liberdade de expressão sob a mira dos censores

O episódio envolvendo a liberação do filme "Je Vous Salue Marie", em que o cineasta Jean-Luc Godard aborda a questão da virgindade de Maria - um dos dogmas da Igreja Católica - trouxe à tona mais uma vez a questão da liberdade de expressão e de opinião nos marcos da democracia burguesa.

Muita gente opinou, mas poucos foram os que viram o filme de Godard. A Igreja Católica foi quem patrocinou uma ofensiva contra a obra, alegando que ela atingia um de seus dogmas - o da virgindade de Maria, que pelos Evangelhos "concebeu a Jesus sem pecado". Embora a cúpula católica tenha se unificado contra o filme, seus integrantes confessam que não o assistiram. Contraditoriamente, alguns padres não só defendem a sua exibição, como chegam a elogiá-lo, após assistir à sua exibição. Até aí, tudo bem. É um direito não só da Igreja, mas de qualquer instituição elogiar ou criticar, promover ou desaconselhar seus adeptos a terem contato com qualquer obra ou atividade.

Mas o inusitado é que o fato extrapolou esses limites democráticos. Foi desenvolvida uma pressão sobre o Ministério da Justiça no sentido de vetar a exibição da obra a todos os brasileiros, rezem ou não pelo catecismo de Roma. Aliás, a ação é a nível internacional.

E o episódio ocorreu após o ministro Fernando Lyra, da Justiça, ter anunciado solenemente, numa reunião pública no Rio de Janeiro, que a censura havia acabado no Brasil. Mas a verdade não é bem essa.

Depois do fim oficial da censura, os paulistanos não puderam assistir ao filme "O último tango em Paris", de Bernardo Bertolucci, exibido pela televisão para todo o país. Uma decisão de um juiz vetou aos moradores da capital de São



"Castelinho" (Chico Anysio, ao centro): ferindo setores no poder

Paulo a liberdade de escolherem por conta própria se sintonzariam ou não o canal que exibia o filme.

Também após o fim anunciado da censura, os aficionados da novela Roque Santeiro não puderam ver a personagem Lulu beijar a Ronaldo César, devido à ação dos censores da Polícia Federal. Eles acharam que Lulu não poderia beijar outro homem que não seu marido, já que isso configura adultério (eles não pensam assim quando o personagem casado é do sexo masculino). A cena foi vetada, mas a denúncia pública do crime contra a liberdade levou o ministro Lyra a intervir no caso e liberar a cena. Outra censura na Nova República: o personagem Castelinho, do programa de Chico Anysio, foi tirado do ar, pois suas alusões aos golpistas descontentaram setores encastelados no poder.

SITUAÇÃO INSUSTENTÁVEL

Como se vê, o episódio do filme de Godard não é o primeiro, nem o único. Trata-se de uma situação insustentável. Não há dúvida de que houve um significativo avanço no

campo da liberdade com a Nova República. Mas também nesta questão as forças conservadoras e reacionárias tentam impor limites ao povo. A defesa da mais completa liberdade de expressão impõe-se. Não cabe a alguns "iluminados", em Brasília, no tempo, ou em qualquer outro lugar, determinar o que os 120 milhões de brasileiros podem ou não ver, ler, assistir.

Karl Marx, o fundador do socialismo científico, analisando esse problema alertou: "A censura nunca poderá ser legalizada, bem como a escravidão, mesmo que tenha existido durante muito tempo como lei". Considera que a censura "não é uma lei, mas uma medida policial, uma má medida policial, porque não consegue o que quer, nem quer o que consegue". E ia além: "Uma lei de censura é uma impossibilidade, porque seu objetivo é o de punir, não ofensas, mas opiniões (...) é por isso que a administração da censura é confiada, não aos tribunais, mas à polícia". Aliás, no caso do Brasil a censura está ligada à Polícia Federal, e essa situação só pode ser alterada com a Constituinte!

Os episódios recentes envolvendo a censura não são questões menores. Também aqui cabe uma citação de Marx: "Cada faceta da liberdade condiciona todas as outras, como sucede também com cada órgão do corpo. Quando uma liberdade específica é questionada, questiona-se toda a liberdade. Quando uma faceta da liberdade é negada, a própria liberdade é repudiada, e poderá conduzir apenas a uma mera semelhança de vida, pois depois a não liberdade assumirá o controle como força dominante."

O caso da liberação do filme de Godard acabou sendo levado à decisão do ministro Fernando Lyra. O ministro concedeu entrevista à televisão, afirmando que sua formação liberal o impelia a permitir a exibição do "Je Vous Salue Marie", mas que suas concepções religiosas colocavam-nos contra a obra. Quando encerramos esta edição, o filme continuava retido. Mas é inconcebível que questões como estas fiquem na dependência das concepções e condições internas de um indivíduo. É necessário varrer a censura do país, de uma vez por todas.



Lulu e Ronaldo César: beijos vetados pelos censores da PF

LIVROS - REVISTAS - POSTERS
POSTAIS - DISCOS - CAMISETAS
EXPOSIÇÕES

ARE PAU BRASIL
ESPAÇO ALTERNATIVO

RUA VERGUEIRO, 923 - PARAÍSO - SP
(FRENTE AO CENTRO CULTURAL SP)
Fone: 279-0147 - CEP 01504
SEG. À SÁB., 10 AS 23 HS.
DOM. 16 AS 23 HS.

Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318.
Telefone: 36-7531 (DDD 011).
Telex: D132133 TLOBR
Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira.
Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Glória Rangel.
ACRE - Rio Branco: Edifício Felício Abrahão 2º andar sala 32 - CEP 69000.
ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luís Pereira Lima, 237, sobreloja, CEP 57000. Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000.
AMAZONAS - Manaus: Rua Simon Bolívar, 231, (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - Rua João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone: 237-6644 - CEP 69000.
BAHIA - Camaçari: Rua José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800. Feira de Santana: Av. Senhor dos Passos, nº 1399 - 2º andar - sala 1415 - CEP 44100.
Itabuna: Av. do Cinquentenário, 928, 1º andar sala 1 - Centro - CEP 45600. Itapetinga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro. Juazeiro: Rua Américo Alves, 6-A - CEP 44600. Paratinga: Rua Pereira Moacir, 96 - CEP 47500. Salvador: Rua Conselheiro Junqueira Ayres, 41 - Barris - CEP 40000. Simões Filho: Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimes) - CEP 43700.
DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venâncio IV, sala 312 - CEP 70302.
CEARA - Fortaleza: Rua Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60000. Iguatu: Rua Floriano Peixoto, 408, 2º andar - CEP 63500.
Sobral: Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62200.
ESPÍRITO SANTO - Cachoeiro de Itapemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300. Vitória: Rua Duque de Caxias, 112, Edifício Aguiar, sala 15 - CEP 29000.
GOIÁS - Goiânia: Rua 3, nº 380, casa 6 - Centro - CEP 74000. Anápolis: Rua 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 77100.
MARANHÃO - São Luís: Rua do Egípcio, 76 - Centro - CEP 65000.
MATO GROSSO - Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000.
MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: Rua Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100.
MINAS GERAIS - Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000.
PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000.
PARAÍBA - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Praça da Bandeira, 117, 1º andar - Centro - CEP 58100.
PARANÁ - Curitiba: Rua Comendador Fontana, 88, Fone: 253-7961 - CEP 80000. Londrina: Rua Sergipe, 984, sala 206, 2º andar - CEP 86100.
PIAUI - Teresina: Rua Barroso, 144-N, 1º andar, sala 4 - CEP 64000.
PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigiário Batista, 236, CEP 54500. Garanhuns: Rua Dantas Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua do Sossogo, 221, Boa Vista - CEP 50000.
RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Deodoro, 776 - Cidade Alta - RN - CEP 59000.
RIO GRANDE DO SUL - Bento Gonçalves: Rua Dr. Casagrande, 58 - CEP 95700. Caxias do Sul: Rua Bento Gonçalves, 2048 - CEP 95100. Pelotas: Rua Andrada Neves 1589, sala 403 - CEP 96100. Cachoeirinha: Av. Flores da Cunha, 1235 sala 20 aberto depois das 18 horas e aos sábados das 9 às 12 horas. Santa Maria: Rua Dr. Bozano, 1147, sala 410 - Centro - CEP 97100. Rio Grande: Rua CEP 97000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560. Taubaté: Rua Anísio Ottoni Monteiro, 41 - CEP 12100. São José dos Campos: Rua Vilaça, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. Guarulhos: Rua Padre Celastino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200.
SERGIPE - Aracaju: Av. Rio Branco, Edifício Ovídio Teixeira, sala 1220 - CEP 49000.

A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda., Composição, Past-Up e Fotoarte, Liarte Fotoartes Ltda. Fone: 279-3646. Impressão Cia Jorues. Fone: 815-4999 - São Paulo - S.P.

Faça cinco assinaturas da Tribuna Operária e ganhe uma de brinde! Labore para o fortalecimento da imprensa operária.

Sim, eu quero receber a Tribuna Operária. Envio junto com este cupom um cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda., pela seguinte opção de assinatura:

Anual (52 edições) Cr\$ 260 mil
 Anual popular (52 edições) Cr\$ 130 mil
 Semestral (26 edições) Cr\$ 130 mil
 Semestral popular (26 edições) Cr\$ 65 mil
 Trimestral (13 edições) Cr\$ 33 mil
 Anual para o exterior (dólares) US\$ 70

Nome:
 Endereço:
 Bairro:
 Cidade: CEP:
 Estado:
 Profissão:
 Data:

CDM
 Fundação Maurício Grabois

Endereço a carta com seu pedido de assinatura para: Editora Anita Garibaldi Ltda., Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318.

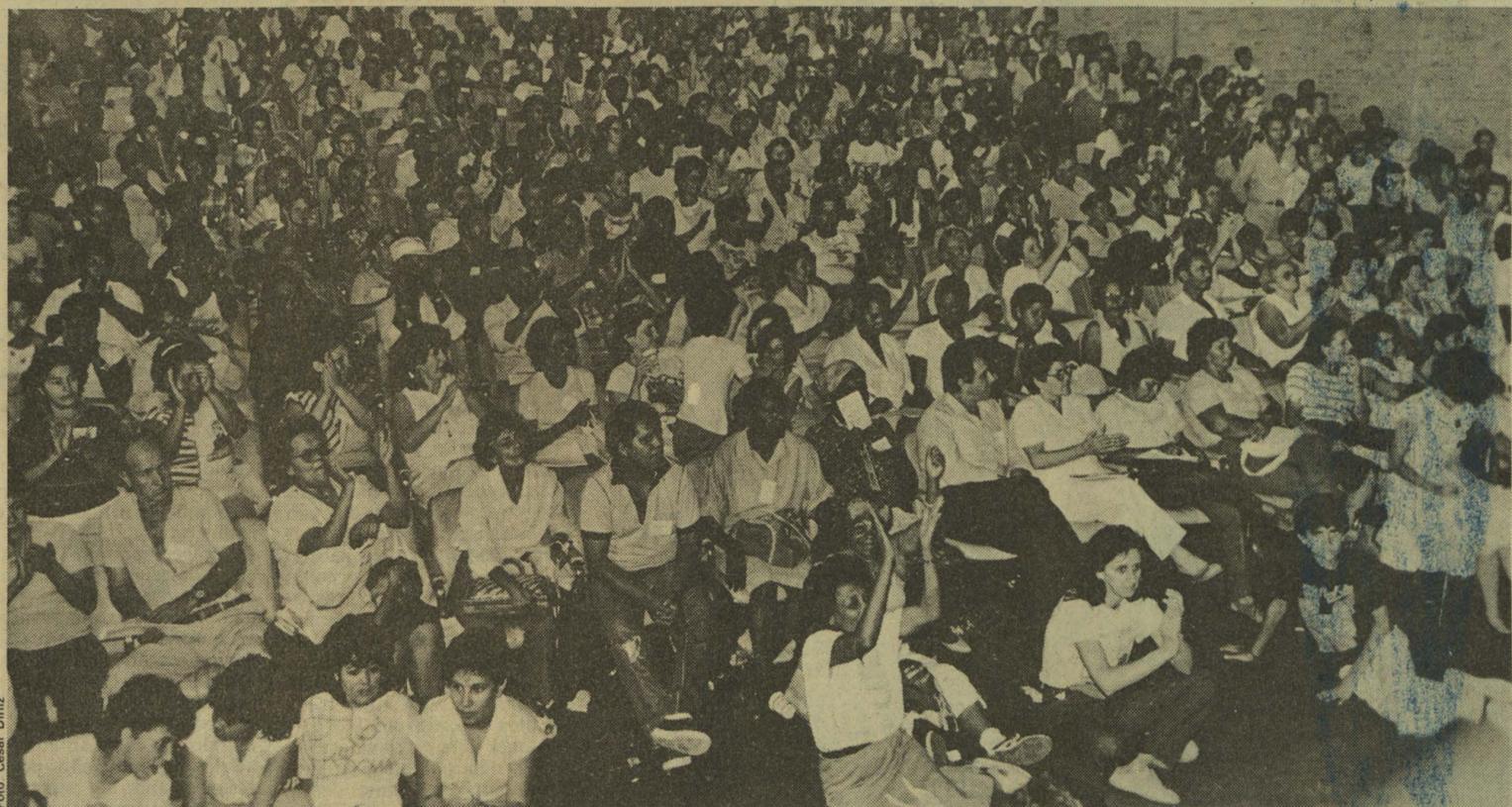
O grande debate contra a fome

Congelamento dos preços dos produtos de primeira necessidade; punição para os especuladores; retomada da luta contra a carestia foram algumas das propostas aprovadas no Debate Nacional Sobre Abastecimento Popular. Aproximadamente 18 mil pessoas, representando mais de 3 mil entidades comunitárias se reuniram dia 26, em todas as capitais do país, para discutir a melhor maneira de enfrentar a carestia.

A presença popular neste debate promovido pelo Ministério da Agricultura e coordenado pela Cobal (Companhia Brasileira de Alimentos), superou as expectativas de seus organizadores. O fato do governo procurar propostas de como superar os entraves do abastecimento alimentar entre os seus maiores interessados - o povo - é uma iniciativa inédita em nosso país. E os moradores deram opiniões coerentes, mostrando que sabem onde estão os pontos de estrangulamento. Estas propostas serão reunidas num documento único e encaminhado ao presidente da República.

Em um momento em que a inflação chega a 16,2% ao mês - corroendo ainda mais o magro orçamento doméstico - os moradores viram que é necessário mudanças de vulto na política para reverter essa situação. Por isso que a questão da reforma agrária e da dívida externa estiveram presentes em praticamente todas as discussões. Se viu que é necessário a aplicação imediata da reforma agrária e da suspensão da dívida externa e que o dinheiro destinado a seu pagamento seja revertido para o financiamento de produtos de interesse popular.

Valdete de Lima Pereira mora num barraco sem repartições no Jardim Inoyama, bairro de São Bernardo do Campo, coração das maiores multinacionais do Brasil. Seu marido, ajudante de pedreiro, ganha salário e ela não pode trabalhar - sofreu um acidente no braço - e recebe um auxílio-doença do INPS de Cr\$ 114.000. Mãe de oito filhos, Valdete foi ao debate em São Paulo pedir medidas urgentes para enfrentar a situação de carestia. "Não dá nem prá comprar o leite pros meus filhos. Quando tenho dinheiro compro um ovo. Café não compro mais", diz ela.



As 2 mil pessoas presentes no debate em São Paulo propuseram congelar os produtos de primeira necessidade para combater a alta do custo de vida



Anna Maria Martins: "Vamos retomar a luta contra a carestia"

com este congelamento, "é necessário que o governo adote medidas de urgência para aumentar os salários". Os paulistas apoiaram por unanimidade a necessidade de se retomar a luta contra a carestia. A Diretora da Conam, que já foi coordenadora do Movimento Contra a Carestia propõe a formação de uma coordenação ampla e que já se parta para as grandes mobilizações.

Povo exige que os especuladores sejam punidos com rigor

A figura do atravessador foi execrada por todos. Os paulistas querem que as mercadorias venham diretamente do produtor para o consumidor, sem passar pelas mãos do intermediário. Em Brasília, os líderes comunitários pediram a elaboração de uma legislação específica para punir os crimes de especulação com alimentos. Em Salvador, foi proposta a criação de mercados populares e a ampliação dos estoques reguladores para coibir a ação dos atravessadores.

As manobras especulativas atingiram tal gravidade, que no dia 23 o ministro Pedro Simon em pronunciamento em Belo Horizonte, justificou a importação de alimentos pelo governo como "a única forma de combater especuladores e atravessadores". Segundo ele, parte da safra de 56 milhões de toneladas de grãos do país está sendo retida pelos especuladores. Com este quadro, o ministro pretende apresentar um projeto criando o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CNSA). Com a visão de que a segurança alimentar está ligada à própria segurança nacional, o CNSA deverá elaborar uma política de curto, médio e longo prazos para o país na área do abastecimento.

Este novo projeto - segundo seus idealizadores - buscará aumentar a produção de alimentos, aumentando a proteção aos pequenos produtores. Se, realmente for colocado em prática, isto viria a mudar a política adotada durante mais de 20 anos de regime militar, onde se incentivou a produção de culturas de exportação em detrimento da agricultura de alimentos de subsistência. (veja o quadro ao lado).

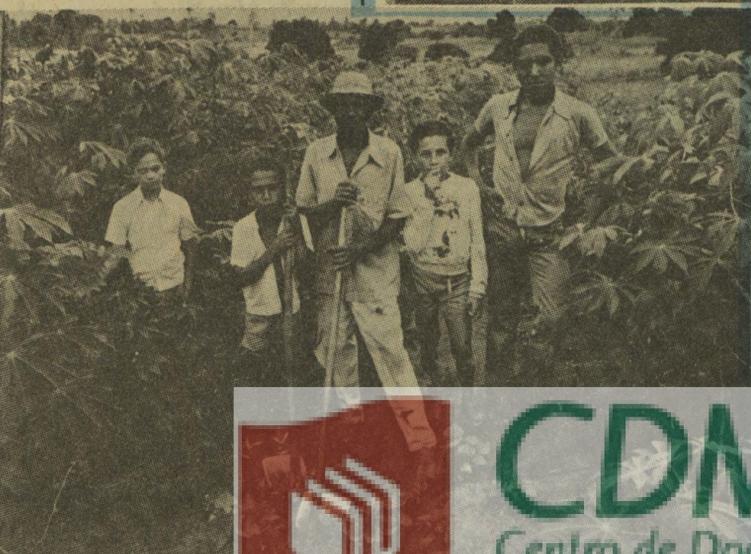
A questão dos subsídios aos alimentos básicos destinados à popula-

ção de baixa renda também foi abordada no Debate Nacional. Foi denunciado mau uso do dinheiro público. Enquanto o governo destina 3 trilhões de cruzeiros para a distribuição de leite gratuito a todas as crianças brasileiras até 7 anos, cujos pais ganhem até dois salários mínimos, os bancos foram "subsidiados" com 17 trilhões de cruzeiros, na tentativa - muitas vezes infrutífera - de evitar sua falência.

O governo federal tem tomado algumas medidas de abastecimento popular, mas com características ainda muito tímidas. Programas como a venda de leite a granel, PSA e PAP são de caráter emergencial, portanto temporários, e atingem apenas uma pequena parcela da população. O Debate Nacional Sobre Abastecimento Popular, além do fato de ouvir o povo, poderá abrir espaço para medidas mais profundas e duradouras, que atinjam toda a população carente do país.

Adriano Campos, gerente geral da Cobal em São Paulo, explica que "agora a situação é um pouco diferente. A participação popular implica numa maior conscientização. O povo brasileiro passa fome, tem problemas tremendos de subnutrição e isso implica na exigência de maiores programas e uma maior participação".

(Domingos de Abreu)



O pequeno produtor só tem a família para ajudá-lo. E o rico plantador de soja (acima) tem crédito subsidiado.

Brasil exporta alimentos mas o povo vive faminto

Uma pergunta que sempre surge em qualquer debate sobre alimentação é porque um país como o Brasil, com áreas imensas propícias à agricultura não tem comida para o seu povo? E mais estranho ainda, saber que somos o quarto maior exportador de alimentos do mundo ao mesmo tempo que ocupamos o sexto lugar no campeonato da desnutrição - atrás apenas da Índia, Bangladesh, Paquistão, Filipinas e Indonésia. A resposta para este absurdo está na estrutura arcaica no campo, onde domina o latifúndio e na política adotada pelo regime militar após 1964.

A ditadura optou pela modernização da agricultura sem tocar na estrutura agrária. Assim houve uma grande oferta de recursos através de juros subsidiados aos agricultores com poder de aval - dado pela propriedade da terra. Essa injusta prática monetária deixou o pequeno proprietário sem financiamento oficial, justamente aqueles que se dedicam ao

cultivo de alimentos de consumo popular.

A maior parcela do crédito subsidiado foi destinada às culturas de exportação e energéticas, ficando as alimentares em segundo plano. Isso refletiu diretamente no aumento do plantio de cada produto. No período 1966/84 a cultura da soja cresceu a uma taxa anual de 23,5%, a laranja 13,7% e a cana 5,9% (todos produtos exportáveis). Já as culturas alimentares, como o arroz, feijão e milho, cresceram respectivamente a uma taxa de 2,1%, -0,4% e 3,4%.

No setor de comercialização também houve uma modernização com o mesmo caráter elitista. O Estado investiu quantias imensas em grandes construções para concentrar os comerciantes - principalmente na área dos hortifrutigranjeiros - objetivando melhorar a eficiência a partir de ganhos de escala e operação. As redes de armazenagem, transporte e comercialização foram significativamente expandidas, sempre em benefício do setor privado.

Essa concentração da comercialização dos produtos agrícolas nas mãos dos grandes atacadistas agravou ainda mais a dependência e a exploração dos pequenos produtores. Neste período diminuiu a disponibilidade de alimentos básicos ao mesmo tempo em que ocorria um archo nos salários.

Em 1975 dois terços da população passava fome. Hoje a situação piorou

Numa situação dessas, a alimentação do brasileiro piorou brutalmente. Em 1975 o IBGE realizou a mais completa investigação no Brasil sobre nutrição, conhecida como ENDEF (Enquete Nacional de Despesa Familiar). Esta pesquisa mostrou que dois terços da população da época (72 milhões) estavam desnutridos. A dieta dos brasileiros passou a ser cada vez mais pobre ao longo do tempo. Numa outra pesquisa feita em 1961/62 pelo Conselho Brasileiro de Economia, a maioria da população não tinha acesso a um terceiro da população.

A questão alimentar tornou-se cada vez mais grave, que mesmo com a produção suficiente de alimentos básicos para a população, a distribuição não era adequada. Muitas vezes a produção era suficiente para a população, mas a distribuição não era adequada.

Neste ano, como em outros, o preço dos alimentos básicos aumentou drasticamente na região central do país - os preços aumentaram ainda mais e se tornaram insustentáveis. Junte-se a isto a atividade dos atravessadores e especuladores que retêm estes produtos no mercado.

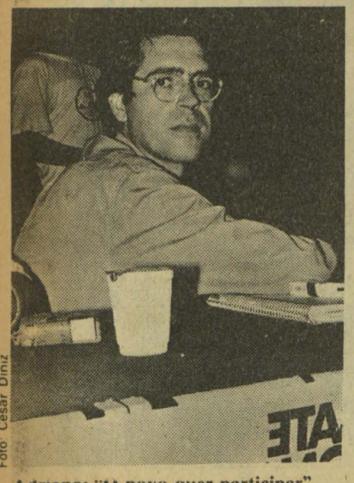
Para que se obtenha resultados positivos contra a carestia, é necessária a mobilização popular. Será difícil enfrentar a situação atual sem a participação popular. É necessário manter o inquérito ENDEF e criar um mecanismo permanente de acompanhamento da situação alimentar.

"A panela está vazia e é preciso de lei que acabe a carestia"

Casos semelhantes a este foram relatados entre os vários grupos espalhados pelas diferentes capitais, mostrando que a aplicação das medidas não podem ser adiadas. O ministro da Agricultura, Pedro Simon, abriu o debate em Porto Alegre, dizendo estar preocupado em combater a fome que assola 30 milhões de brasileiros.

Neste encontro unitário - com a presença dos diversos setores que atuam nos movimentos populares - houve desde os debates mais acalorados até momentos de descontração com músicas engajadas na luta. Foi lembrada a importância da constituinte abordar o assunto do abastecimento popular. Em São Paulo, Flávio Costa, do Conselho Coordenador de Sociedade Amigos de Bairro do Estado de São Paulo, passou a sua proposta num repente muito aplaudido: "Mas num debate tão grande/ terão primazia/ as mulheres que dirão/ que a panela está vazia/ e que é preciso de leis/ que acabem com a carestia".

A proposta que mais sensibilizou as 2 mil pessoas reunidas no Colégio Caetano de Campos, em São Paulo, foi a do congelamento imediato dos gêneros alimentícios, feita por Anna Maria Martins, diretora da Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam). Anna Maria ainda salientou que, junto



Adriano: "O povo quer participar"